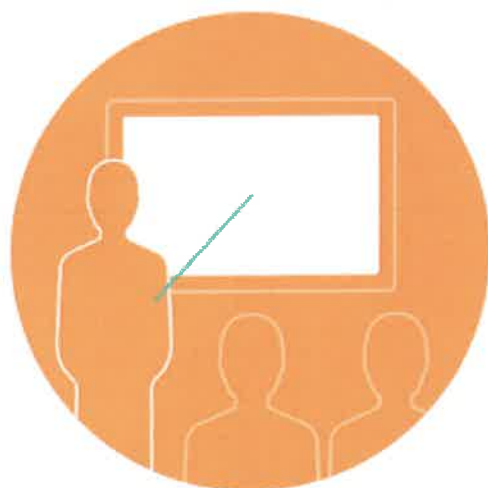


Município de Mogadouro

Prestação de Contas

2025



Relatório de Gestão

2025



Município de Mogadouro

Câmara Municipal

Relatório de Gestão

do ano de 2025

APROVAÇÕES

Câmara Municipal
Em 14 de abril de 2026

Assembleia Municipal
Em 27 de abril de 2026

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

ÍNDICE

ÍNDICE	1
I. Enquadramento Legal	2
II. Organização municipal e recursos humanos	7
III. Reporte Financeiro	8
1. Análise orçamental	9
1.1. Receita	17
1.1.1. Execução Orçamental da Receita	19
1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal	21
1.2. Despesa	35
1.2.1. Execução Orçamental da Despesa	35
1.2.2. Evolução e estrutura da Despesa Municipal	40
1.2.3. Despesa na ótica dos Planos	58
1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos	62
1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal	71
IV. Linhas de Intervenção	75
1. Educação e Cultura	75
2. Saúde e Qualidade de Vida	84
3. Desporto	89
4. Ação social	92
5. Segurança	92
6. Património Cultural	99
7. Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial	103
8. Turismo	105
9. Urbanismo	109
V. QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos	114
VI. Endividamento	116
VII. Poupança Corrente	120
VIII. Análise Patrimonial	121
1. Evolução da Situação Económica e Financeira	121
1.1. Análise ao Balanço	121
1.2. Análise à Demonstração de Resultados	125
IX. Proposta de Aplicação dos Resultados	129



I. Enquadramento Legal

Os principais documentos que sintetizam e descrevem a atividade desenvolvida pelo município, no final de cada ano económico, são a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão. A competência para a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, nas autarquias locais, é do órgão executivo, conforme o estipulado na Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, na alínea i) do artigo 33º, sendo colocadas à apreciação e votação do órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, conforme o preconizado na alínea l), nº2 do artigo 25º da referida lei.

A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está patente no nº. 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e independentemente da apreciação por parte da Assembleia Municipal, os documentos serão, nos termos da Lei, remetidos para as seguintes entidades:

- Tribunal de Contas;
- Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL);
- Instituto Nacional de Estatística (INE);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

O documento de prestação de contas tem por objetivos: explicitar os níveis de execução alcançados, procurando referenciar os aspetos mais relevantes da atividade municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira; apresentar de forma clara e objetiva a situação económica do exercício em análise, bem como efetuar uma análise comparativa da evolução da gestão, nos




diferentes setores de atividade do município, no que respeita aos investimentos concretizados, às dívidas de curto, médio e longo prazo, financiamento e condições de funcionamento;

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão dos Municípios, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados – os documentos previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, surge da necessidade de rever o modelo de gestão das finanças públicas e visa colmatar um conjunto de fragilidades verificadas no modelo anterior.

A aplicação do SNC-AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, designadamente:

- Evidenciar a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- Conferir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- Proporcionar informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- Proporcionar informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados ao Tribunal de Contas e as demais entidades de controlo e supervisão;

- 
- Proporcionar informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
 - Permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
 - Alcançar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Com a implementação do SNC-AP, pretende-se alcançar, um conjunto de expectativas, nomeadamente:

- a) Promover a harmonização contabilística e uniformizar procedimentos;
- b) Afastar um sistema contabilístico fragmentado e pouco consistente;
- c) Alcançar a credibilidade das contas publicas, reforçando a transparência, a comparabilidade e a fiabilidade da informação financeira produzida;
- d) Facilitar o controlo e a avaliação do desempenho dos organismos públicos;
- e) Reforçar a confiança na solidez da Administração Pública.

O presente documento é elaborado à luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam, num exercício que visa elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os municípios em geral sobre os seguintes indicadores:

1. A execução orçamental, reportando o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;



2. A situação económica do Município de Mogadouro no final do exercício sujeita a análise, segundo uma perspetiva de evolução da gestão dos diferentes sectores de atividade, nomeadamente no que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;
3. A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;
4. A evolução do passivo do Município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo prazo de e a terceiros;
5. A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;
6. Finalmente, e caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes que tenham ocorrido após o fecho do exercício.

A análise aos indicadores referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:

Na Perspetiva Orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada bem como da despesa realizada.

Na perspetiva Patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas de maior relevo inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, estes documentos refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2025, o património municipal, o passivo, a origem da



formação dos resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em apreciação.

Tendo em conta que o Relatório de Gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas, para uma completa e mais cuidada apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente as seguintes:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental:
 - da Receita;
 - da despesa;
 - das Grandes Opções do Plano.
- Mapa de fluxos de caixa;
- Mapa de operações de tesouraria;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Caracterização da entidade;
- Certificação Legal de Contas;
- Demonstração das alterações no Património Líquido;
- Demonstração de desempenho orçamental;
- Anexo às demonstrações orçamentais.

Do Relatório de Gestão consta também um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a Certificação Legal de contas e respetivo parecer e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro de 2025.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

II. Organização municipal e recursos humanos

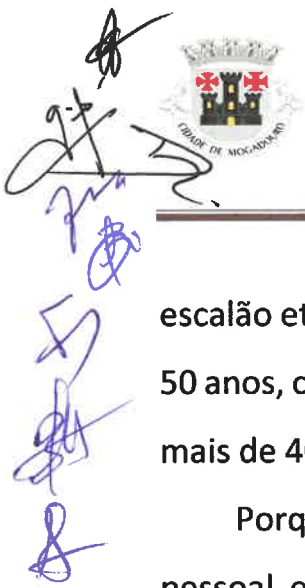
As competências da administração municipal são as definidas para o órgão executivo e respetivo presidente nos termos da lei, nomeadamente as previstas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, contando com o apoio instrumental da organização de diversas Unidades e Serviços.

O Município de Mogadouro, para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas, e nas mais diversas áreas de intervenção, designadamente da educação, património, cultura, desporto, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, ordenamento do território entre outras, em 31 de dezembro de 2025, contava com 191 trabalhadores, e 28 provenientes da transferência do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas distribuídos pelas diferentes unidades orgânicas.

Comparativamente ao ano de 2024, o saldo entre o número de entradas e saídas de efetivos, é negativo em 2 unidades, na medida em que se registaram 7 saídas e 5 novas entradas.

Do total de 219 trabalhadores do Município, as três principais carreiras representadas são as de assistente operacional com 118 efetivos (53,88%), assistente técnico com 47 efetivos (21,46%), e técnico superior com 42 efetivos (19,18%).

Considerando o pessoal dos Gabinetes da Presidência e Vereação (3) registam-se 106 do género masculino e 113 do género feminino, sendo que o



escalão etário onde se regista o maior número de trabalhadores é o de mais de 50 anos, com 74 efetivos, logo seguido dos mais de 60 anos com 63 e do escalão mais de 40 anos, com 56 efetivos.

Porque a formação contínua visa promover a atualização e a valorização pessoal e profissional dos funcionários e agentes, em consonância com as políticas de desenvolvimento, inovação e mudança da administração autárquica, no ano de 2025, foram ministradas um total de 119 horas de formação interna e externa.

III. Reporte Financeiro

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental.

A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'G. J. M.']

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Cabe neste capítulo, fazer uma análise destes três tipos de contabilidade (orçamental, financeira e de gestão), destacando as diferenças existentes entre os valores relativos a rendimentos e gastos, o que corresponde à contabilidade financeira e das receitas e despesas que corresponde à contabilidade orçamental.

O Relatório de Gestão procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia no final do ano de 2025, permitindo assim o conhecimento real sobre a eficácia atingida sobre os objetivos traçados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o mesmo ano.

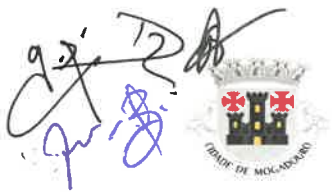
1. Análise orçamental

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental.

A demonstração de desempenho orçamental é um mapa que espelha os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria evidenciando também os saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem.

Os valores de operações de tesouraria demonstram montantes retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental.



Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

O controlo dos fluxos financeiros anual é condicionante da gestão da Autarquia e tem a vantagem de eliminar riscos de desequilíbrio decorrentes de projeções orçamentais demasiado otimistas, não deixando de provocar também alguns constrangimentos, nomeadamente diminuindo as possibilidades do planeamento a longo prazo em função da real expectativa de receita.

Parece-nos que as aludidas dificuldades não farão sentido em Municípios com a situação financeira equilibrada, como tem vindo a ser o caso do Município de Mogadouro.

Nos capítulos seguintes será efetuada uma análise do desempenho orçamental, financeiro, económico e de gestão, com base nas peças de execução orçamental e relato financeiro, ao exercício económico de 2025, com destaque para os principais indicadores, efetuando-se a adequada comparabilidade com exercícios anteriores.

Quanto à receita, esta deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. Só poderão ser liquidadas as receitas previstas em orçamento.



Já a despesa deve obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação.

Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais, são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado;
- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2025, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso na estrutura global das receitas e despesas



arrecadadas e realizadas durante o ano, bem como as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respectivas fontes de financiamento.

Desde a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduziu alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foram impostas novas regras na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, a qual representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental. Ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, reduzindo assim o risco orçamental na medida em que faz depender da existência de recursos financeiros as aquisições, a execução de obras ou a atribuição de subsídios e apoios a outras entidades, concluindo-se assim que, se o orçamento estiver sobre orçamentado do lado da receita, aquela Lei, impede a realização de nova despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar.

Também os encargos da dívida transitada de anos anteriores, além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que só depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis.

Sem prejuízo dos modelos de demonstrações orçamentais relativas ao exercício de 2025, a seguir se apresenta uma análise às principais dimensões da execução da contabilidade orçamental.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RESUMO DO ORÇAMENTO

A comparação entre o Orçamento Final (corrigido) e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Na elaboração dos Documentos Previsionais para 2025, foi aprovado o orçamento de acordo com as previsões iniciais constantes do quadro seguinte:

RESUMO DO ORÇAMENTO - INICIAL			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
Correntes.....	17.720.958,00€	Correntes.....	16.276.497,00€
De Capital.....	12.236.680,00€	De Capital.....	13.681.141,00€
Total Geral	29.957.638,00	Total Geral	29.957.638,00€

Na sequência das necessárias, adequadas e legais alterações orçamentais produzidas durante a sua execução, resultou o seguinte orçamento corrigido, de acordo com quadro infra:

RESUMO DO ORÇAMENTO - corrigido			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
Correntes.....	18.105.029,00€	Correntes.....	16.576.497,00€
De Capital.....	11.400.005,15€	De Capital.....	15.790.941,00€
Outras a).....	2.862.403,85€		
a) Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo de gerência do exercício anterior			
Total Geral	32.367.438,00	Total Geral	32.367.438,00€



Prestação de contas 2025

Comparando os valores previstos no Orçamento Corrigido com os montantes já executados na Receita e na Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, vertidas no quadro representado a seguir.

Estes indicadores traduzem assim, a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente as despesas, é calculada com base nos valores efetivamente pagos e da receita efetivamente cobrada (execução financeira).

Designação	Orçamento 2025		Execução Líquida(c)	Desvio (b)-(c)	Grau de Execução (%)
	Inicial(a)	Final(b)			
Receitas	29.957.638,00	32.367.438,00	29.232.512,46	3.134.925,54	90,31%
Correntes	17.720.958,00	18.105.029,00	17.792.822,65	312.206,35	98,28%
Capital	12.236.680,00	11.400.005,15	8.577.286,71	2 822 718,44	75,24%
Outras	-	2.862.403,85	2.862.403,10	0,75	100%
Despesas	29.957.638,00	32.367.438,00	25.107.327,68	7 260 110,32	77,57%
Correntes	16.276.497,00	16.576.497,00	14.207.048,22	2 369 448,78	85,71%
Capital	13.681.141,00	15.790.941,00	10.900.279,46	4 890 661,54	69,03%

Face aos valores globais apresentados, verifica-se uma execução equilibrada entre a receita e a despesa, sendo que a execução global da receita traduz **90,31%**, garantindo o exigido no n.º 3 do art.º 56.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, uma taxa de execução não inferior a **85%**, em dois exercícios consecutivos.

A despesa paga totalizou **25.107.327,68€**, traduzindo uma execução de **77,57%** e um acréscimo de 4.126.140,73€, o que corresponde a **19,67%**, face ao ano de 2024.



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria evidenciando também os saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem. Os valores de operações de tesouraria referem-se a cobranças que a autarquia faz para entidades terceiras, relativas a: cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Estes movimentos resultam de entradas e saídas de fundos feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial.

O Fluxo das Atividades Operacionais que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente é positivo em 3.585.774,43 euros.

Na ótica do pagamento, o investimento efetuado durante o exercício de 2025 foi superior às receitas de capitais, apresentando assim, o Fluxo das Atividades de Investimento um superavit de 2.322.992,75 euros, refletindo assim o financiamento de parte do Investimento, com a Poupança Corrente.

Recebimentos		Pagamentos	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	3.647.480,51€	DESPESAS ORÇAMENTAIS	25.107.327,68€
Execução Orçamental	2.753.650,85€	Correntes	14.207.048,22€
Operações de Tesouraria	893.929,66€	Capital	10.900.279,46€
RECEITAS ORÇAMENTAIS	26.478.861,61€	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	544.525,73€
Correntes	17.792.822,65€	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	5.074.413,16€
Capital	8.577.286,71€	Execução Orçamental	4.125.184,78€
Outras	108.752,25€	Operações de Tesouraria	949.228,38€
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	599.924,45€		
TOTAL	30.726.266,57€	TOTAL	30.726.266,57€



Assim, como se constata, no ano 2025, o valor dos fluxos financeiros apresenta um total de 30.726.266,57 euros.

Destaca-se o saldo transitado para 2026 (gerência seguinte) no valor total de 5.074.413,16 euros, desagregando-se em execução orçamental o valor de 4.125.184,78 euros e operações de tesouraria o valor de 949.228,38 euros, valor que corresponde ao saldo do Município em Caixa e Depósitos à Ordem, conforme consta do Balanço a 31/12/2025. O saldo orçamental que transita para o exercício seguinte, poderá ser utilizado em despesa de 2026 após a aprovação da respetiva revisão orçamental pelo Órgão Deliberativo.

A título de **Operações de Tesouraria** foram recebidos, durante o ano de 2025, o valor de 599.924,45€ aos quais acresce o saldo de gerência do ano anterior a este título, no montante de 893.929,66€. Saíram para as diversas entidades 544.525,73€, pelo que resultou um saldo para a gerência seguinte no montante de 949.228,38€.

MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real, o desempenho do Município.

Tratando-se de um documento de natureza previsional, a sua execução implica com naturalidade a existência de alguns ajustamentos, procedendo-se assim à realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações quer nas receitas quer nas despesas, ajustando assim as previsões orçamentais. Nesse



sentido, durante o ano em apreciação, foram operadas doze alterações permutativas e duas alterações modificativas ao Orçamento da Receita e vinte e nove alterações permutativas e duas alterações modificativas ao Orçamento da Despesa.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, registou ao longo do ano, uma alteração modificativa e 24 alterações permutativas e o Plano de Atividades Municipais 24 alterações permutativas e uma alteração modificativa.

O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 32.367.438,00€, dos quais foram cabimentados 30.772.920,32€, comprometidos 30.279.794,93€ e faturados 25.195.449,32€. Destes foram pagos 25.107.327,68€.

1.1. Receita

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em **Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas**, (no qual se incluem as Reposições Não Abatidas nos Pagamentos (RNAP) e o Saldo da Gerência anterior) em obediência ao disposto no Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro e ao classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A componente “RNAP”, abrange as receitas resultantes de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em exercícios anteriores ou no próprio ano. Este tipo de reposições, implica a correção das dotações de despesa utilizadas e dos respetivos saldos disponíveis, não sendo considerada receita orçamental.



A classificação económica das **receitas**, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

A Receita total cobrada bruta totalizou **29.265.474,71€**, sendo que **311.753,26€**, dizem respeito a receitas por cobrar no início do período, transitadas de anos anteriores referente a dívidas de terceiros ao Município.

A receita total cobrada líquida, deduzida dos reembolsos e restituições ocorridos, no valor de **32.962,25€**, totalizou **29.232.512,46€**.

Como resultado da execução do orçamento da Receita, ficam **314.686,75€** de receitas por cobrar no final do ano e uma taxa de execução de **90,3%**.

No ano de 2025, **não considerando o saldo da gerência anterior**, a receita cobrada atingiu os 26.511.823,86 euros, verificando-se um aumento de 6.412.039,02 euros face ao ano anterior.

O Quadro seguinte compara os valores orçamentados com os valores efetivamente realizados, traduzindo a taxa de execução de cada uma das rubricas.

Decompondo a receita global, temos que 60,87% dizem respeito a receitas correntes, 29,34% se referem a receitas de capital e 9,79% a outras receitas. Nas primeiras, assumem maior peso as transferências correntes, seguindo-se a venda de bens e serviços correntes e os impostos diretos, três rubricas que por si só representam 56,99% das receitas totais cobradas (saldo da gerência anterior incluído).

No que diz respeito à execução, a Receita Corrente teve uma taxa de 98,28%, enquanto a Receita de Capital se ficou pelos 75,24%, resultante da alteração feita no final do ano, portanto com as previsões corrigidas. Quanto à

[Handwritten signatures and notes in blue ink]

Despesa e tendo também em conta os valores previstos no Orçamento Final, regista uma taxa de execução de 85,71% na corrente e 69,03% na de Capital.

O Orçamento para 2025 apresentava um valor de 29.957.638,00€ para a dotação inicial prevista, tendo o valor para a dotação final sido alterado para 32.367.438,00 euros, resultando da sua desagregação, os valores de 18.105.029,21€ nas receitas correntes e que sofreram um aumento de 384.071 euros, 11.400.005,15€ nas receitas de capital que tiveram uma variação negativa de 836.674,85 euros, e 2.862.403,85€ nas outras receitas, resultante de alteração modificativa ao orçamento pela inclusão do saldo da gerência anterior e a criação da rubrica de Reposições Não Abatidas nos Pagamentos.

1.1.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.





Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.

Receitas - 2024

Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
Correntes	15.258.208,00 €	16.610.632,21 €	16.362.265,86 €	98,50%
Capital	15.484.241,00 €	6.552.788,47 €	3.679.665,12 €	56,15%
Outras	0,00 €	3.693.828,32 €	3.692.906,82 €	99,98%
TOTAL	30.742.449,00 €	26.857.249,00 €	23.734.837,80 €	88,37%

Comparando os valores do mapa supra com os do ano em análise, regista-se um aumento considerável na receita corrente no valor de 1.430.556,79€, e muito considerável na receita de capital de 4.897.621,59euros.

A taxa de execução global da receita, incluindo o valor do saldo da gerência anterior é de 90,3%, significando que o total da receita aumentou em 5.497.674,66 euros em valor e também 23,16 em percentagem de execução, comparativamente ao ano anterior.

Na receita corrente, o valor é superior e a taxa de execução é inferior em 0,2%, já na receita de capital, tanto o valor como a taxa de execução, são muito superiores ao ano de 2024, conforme retratado no esquema seguinte.

[Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature at the top and several initials or marks below.]

TAXAS DE EXECUÇÃO DA RECEITA - 2025



1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal

RECEITAS CORRENTES

Tendo em conta que as receitas correntes são aquelas que detêm maior impacto na receita total, contribuindo com 17.792.822,65€ e em regra, provêm do rendimento do próprio período económico, como se infere pelo quadro seguinte, face ao ano de 2024, houve uma variação positiva de 8,7%, no total das receitas correntes cobradas, verificando-se um maior valor arrecadado nos impostos diretos, nas transferências correntes, nos rendimentos de



Prestação de contas 2025

propriedade e na venda de bens e serviços, e uma redução nas taxas, multas e outras penalidades e outras receitas correntes.

Descrição	2025				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA LÍQUIDA	PESO ESTRUT. (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
Receitas correntes					
IMPOSTOS DIRETOS	1.555.646,00 €	1.539.007,41 €	8,65	5,26	98,93
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	745.457,00 €	745.456,99 €	4,19	2,55	100,00
Imposto Único de Circulação	229.217,00 €	229.216,46 €	1,29	0,78	100,00
Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)	247.912,00 €	232.327,10 €	1,31	0,79	93,71
Derrama	333.000,00 €	332.006,86 €	1,87	1,14	99,70
Impostos Abolidos e outros	40,00 €	0,00 €	-	-	-
TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES	273.441,00 €	242.706,47 €	1,36	0,83	88,76
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	890.122,00 €	738.136,41 €	4,15	2,53	82,93
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.492.819,00 €	13.446.043,52 €	75,57	46,00	99,65
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	9.498.674,00 €	9.498.674,00 €	53,38	32,49	100,00
FSM - Fundo Social Municipal	166.945,00 €	166.945,00 €	0,94	0,57	100,00
Participação Fixa no IRS	1,00 €	0,00 €	-	-	-
Participação no IVA	40.419,00 €	40.419,00 €	0,23	0,14	100,00
Transferência de competências	1.009.720,00 €	1.009.720,00 €	5,67	3,45	100,00
Artigo 35º, da nº 5 Lei 73/2013	1.938.165,00 €	1.938.165,00 €	10,89	6,63	100,00
Outras	838.895,28 €	687.472,08 €	3,87	2,35	81,95
VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES	1.726.314,00 €	1.674.085,44 €	9,41	5,73	96,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	166.687,00 €	152.843,40 €	0,86	0,52	91,69
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	18.105.029,00 €	17.792.822,65 €	100,00	60,87	98,27

Neste grupo distinguem-se com larga vantagem, as receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro no valor de 9.498.674,00 euros.

Mais uma vez, de acordo com o quadro anterior, constatamos que o município depende essencialmente da receita proveniente das transferências correntes (OE), pois esta assume por si só, um peso de 75,57% do total das Receitas Correntes e 46% do total geral, muito longe de todos os outros conjuntos de receita.

Em termos relativos, o aumento das receitas próprias em 2025 resulta do crescimento em alguns grupos de receita como as receitas provenientes dos



impostos diretos a crescerem 31,51%, os rendimentos de propriedade 28,71%, as transferências correntes 6,76%, a venda de bens e serviços 6,40%, as taxas, multas e outras penalidades com 4,46%, e apenas a diminuição no grupo das outras receitas correntes com 29,98%, quando comparados com os registados no ano transato.

Tendo em conta a sua importância para o financiamento das despesas certas e permanentes municipais, que por sua vez têm tendência a crescer, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, grande parte deles construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, para além do reforço de competências delegadas pela administração central nos municípios, o aumento da receita corrente continua a ser desejável.

IMPOSTOS DIRETOS

Da análise da evolução da receita própria, proveniente de Impostos Diretos cobrados, verificamos que representam 8,65% do total das receitas correntes, e 5,26% da receita total, e tiveram uma taxa de execução de 98,93%, o que equivale a um considerável acréscimo no decurso do exercício de 2025 face a 2024, equivalente a 368.760,84 euros, conforme detalhe que se segue.

Descrição	2025	2024	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Impostos Diretos:	1.539.007,41	1.170.246,57	368.760,84	31,51
- Imposto Municipal s/ Imóveis	745.456,99	659.163,45	86.293,54	13,09
- Imp. Municipal s/t. O. Imóveis	229.216,46	308.822,97	-79.606,41	-25,78
- Imposto Único de Circulação	232.327,10	202.260,15	30.066,95	14,87
- Derrama	332.006,86	0,00	332.006,86	100



Destaca-se o facto de estas rubricas, serem objeto de regras orçamentais, pois as Autarquias são obrigadas a estimar o montante dos impostos diretos que preveem vir a arrecadar, em cada ano, tendo por base a média aritmética simples dos últimos 24 meses que precedem a elaboração das suas peças previsionais. De realçar aqui, o valor da derrama, cobrado pela primeira vez.

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Este conjunto revela uma execução de 242.706,47 euros, correspondendo a 1,36% da receita corrente total e um grau de execução de 88,76% e engloba a cobrança de várias taxas. Tratando-se de uma rubrica com um ciclo instável de cobranças, nem sempre depende do Município, a sua melhor execução.

Com maior destaque, cabe aqui a rubrica do saneamento, com o valor nominal de 164.954,29 euros que registou um acréscimo de 10.936,62 euros e representa 67,96% do total, as taxas de loteamento e obras, o valor de 26.093,25 euros, aos mercados e feiras o valor de 12.534,00 euros, cabendo à cobrança de outras taxas diversas, o valor de 39.124,93 euros, o valor restante deste grupo.

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Este capítulo, regista um acréscimo de 28,71% e 164.645,46 euros, face a 2024, apresentando no final de 2025 um total de 738.136,41 euros.

Nesta rubrica são considerados essencialmente os rendimentos obtidos da Movhera e E-Redes, Distribuição de Eletricidade, S.A. pela concessão, bem como o rendimento proveniente da produção de energia do parque eólico



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

existente no Concelho e ainda a renda relativa à utilização da rede de gás do Município.

Este acréscimo deve-se essencialmente ao facto de no ano em análise, terem dado entrada 4 trimestres da renda de concessão, uma vez que o IV trimestre de 2024, foi contabilizado já em 2025.

Este capítulo regista uma taxa de execução de 82,93%, contribuindo assim com 4,15%, para o total da receita corrente.

Quadro das variações das Taxas, Multas e outras Penalidades e Rendimentos de Propriedade:

Descrição	2025	2024	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Taxas, Multas e O. Penalidades	243.307,52	234.820,64	8.486,88	3,61
Rendimentos de Propriedade	738.136,41	573.490,95	164.645,46	28,71

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes são, dentro do domínio das receitas correntes as que mais contribuíram para o valor da receita obtido em 2025.

As regras legais para o cálculo das transferências anuais do Orçamento de Estado para os Municípios, são as constantes na Lei das finanças Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro).

São parte integrante as transferências do Orçamento do Estado o (FEF, FSM, IRS, a participação no IVA, a Transferência de Competências de acordo com a Lei 50/2018 e a receita ao abrigo do artigo 35º. Nº. 3 da Lei 73/2013). Verifica-se um acréscimo no FEF – Fundo de Equilíbrio corrente no valor de 447.177,00 euros, correspondente a 4,94%. Quanto ao valor do Fundo Social

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Municipal, registou um aumento de 8.621 euros que corresponde a mais 5,45%, o valor da Transferência de Competências do Estado na área da Educação, com mais 24.397 euros, o que corresponde a um acréscimo de 2,48%. A rubrica recebida apenas pelo segundo ano “artigo 35º, nº. 3 da Lei 73/2013”, contribuiu com o valor de 1.938.165,00€, registando um aumento de 575.328,16€ a que corresponde um acréscimo de 42,21%, sendo o fator principal para o aumento generalizado das transferências correntes.

Em contraciclo, a participação fixa no IRS, não registou qualquer valor e a participação no IVA, regista uma diminuição face ao ano de 2024 de 58.327,09 euros, equivalente a uma redução de 59,07%.

Na rubrica “Serviços e Fundos Autónomos” com 160.282,40 euros, são contabilizadas apenas as receitas provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) resultante dos vários contratos celebrados com aquela entidade e ainda o valor pelo programa esterilização e bem-estar animal, transferido pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária no valor de 5.844,80 euros.

As transferências correntes em 2025 com um total de 13.446.043,52 euros, tiveram um aumento global de 6,76% em relação ao ano transato, o equivalente a 851.428,19 euros, conforme mapa que se segue.

A rubrica “Outros” regista um aumento de 76.092,29€, em relação ao ano anterior, sendo a receita proveniente de valor recebido da candidatura ao projeto “Radar Social” (62.429,61€) e onde estão também aqui refletidos os valores provenientes do Ministério da Administração Interna (28.239,83€) para



o recenseamento eleitoral e do Instituto de Conservação da Natureza, I.P. (13.979,00€) para funcionamento dos gabinetes técnicos florestais.

Descrição	2025	2024	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:	13.446.043,52	12.594.615,33	851.428,19	6,76
Empresas Públicas	320.105,90	207.572,20	112.533,70	54,21
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	9.498.674,00	9.051.497,00	447.177,00	4,94
FSM - Fundo Social Municipal	166.945,00	158.324,00	8.621,00	5,45
Participação Fixa no IRS	0,00	334.451,00	-334.451,00	-100,00
Participação no IVA	40.419,00	98.746,09	-58.327,09	-59,07
Transferência de Competências	1.009.720,00	985.323,00	24.397,00	2,48
Artigo 35.º n.º 3 da Lei 73/2013	1.938.165,00€	1.362.836,84	575.328,16	42,21
Outros	296.362,14	220.269,85	76.092,29	34,54
Serviços e Fundos Autónomos	160.282,40	163.746,01	-3.463,61	-2,12
Segurança Social	15.370,08	11.849,52	3.520,56	29,71

Da Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P. foram recebidos 53.312,00€, para financiamento do projeto designado por Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão - CLDS 5.

O valor registado na “Empresas Públicas”, diz respeito a transferência proveniente da MOVHERA – Hidroelétricas do Norte, S.A., pelo protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (245.934,20€), do Fundo Ambiental os valores de 48.667,50€ pela compensação aos municípios pela instalação de centros electroprodutores e 25.504,20€ referente ao contrato programa "medidas de emergência de apoio e mitigação do impacto de incidências rurais- territórios resilientes.

Relativamente à rubrica “Sistema de Solidariedade e Segurança Social”, o valor de 15.370,08€ é proveniente do Instituto da Segurança Social, I.P. e



destina-se ao funcionamento do CPCJ, com valores ligeiramente superiores aos registados no ano anterior.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Nesta rubrica estão contabilizados, o produto da venda de bens e serviços, não considerados bens de investimento como a venda de água, tarifas de disponibilidade de água, águas residuais, resíduos sólidos, serviços sociais, culturais e desportivos, bem como as rendas de equipamentos municipais.

A estas receitas, estão subjacentes preços que deveriam corresponder a valores sensivelmente idênticos aos custos de aquisição dos bens ou serviços vendidos.

Descrição	2025	2024	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	1.674.452,90	1.573.308,53	101.144,37	6,43
Mercadorias	8.567,80	6.501,55	2.066,25	31,78
Produtos acabados intermédios-Água	359.700,82	330.625,84	29.074,98	8,79
Serviços sociais, recreativos e culturais	109.199,62	103.502,58	5.697,04	5,50
Serviços específicos das autarquias	1.095.568,70	1.070.796,60	24.772,10	2,31
Rendas	67.984,16	60.363,28	7.620,88	12,63
Outros	33.431,80	1.518,68	31.913,12	2.101,3

Estas receitas, tiveram no seu conjunto um acréscimo de 6,43%, face ao ano de 2024, correspondente ao valor de 101.144,37 euros, totalizando 1.674.452,90 euros no final do ano, e com uma taxa de execução de 97%.

Como se pode verificar pelo mapa supra, todas as rúbricas registam alterações positivas embora pouco significativas.

De realçar apenas o valor de 32.251,00 euros, proveniente da venda de sucata.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

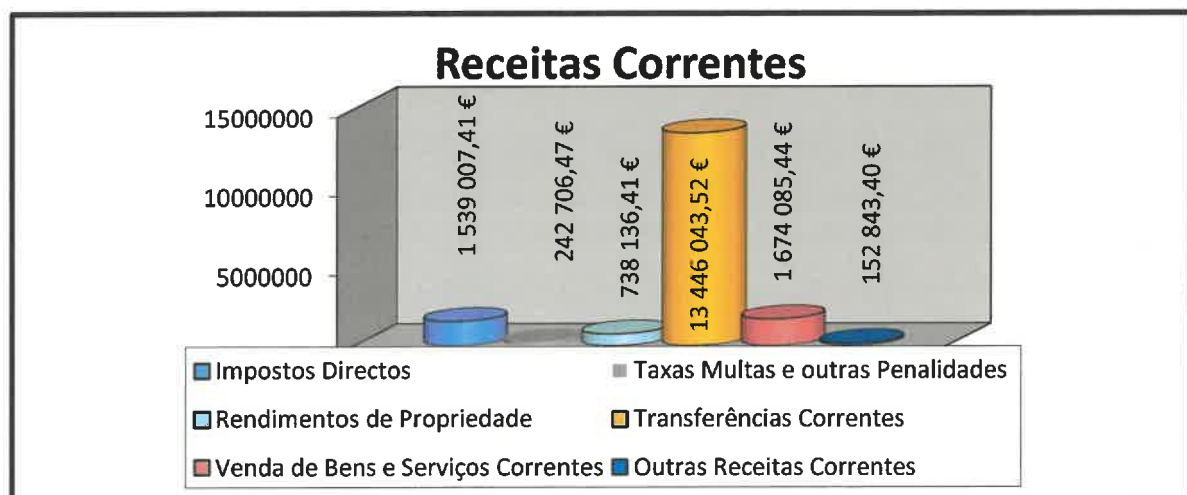
As demais receitas deste capítulo são de caráter residual, com destaque para a rubrica “Creches e Refeitórios” que regista valores diminutos face ao elevado número de isenções de pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 152.843,40€, sendo que 96,22%, diz respeito ao IVA reembolsado (147.059,41) e o restante, a receitas diversas no montante 5.783,99€, maioritariamente relativas a revalidações de cartas de condução, a indemnizações pagas por companhias de seguros.

Este agregado teve uma execução de 91,7% face aos valores previstos e uma variação negativa de 29,98% comparativamente ao ano de 2024, e que representa 65.437,45 euros.

ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES



RECEITAS DE CAPITAL

Relativamente à estrutura e evolução das receitas de capital importa evidenciar os seguintes agregados, pela sua materialidade:

Este tipo de receitas, com exceção do FEF capital, são receitas extraordinárias, cujo recebimento sendo pontual, reveste-se de carácter não permanente, a que o município recorre para fazer face às despesas de financiamento. Segue-se a análise do desempenho desta receita ao nível da previsão orçamental e sua cobrança bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 75,2% face à receita de capital corrigida.

A maior fatia deste agregado com 5.210.777,62€, diz respeito às receitas provenientes da participação comunitária em projetos coo-financiados.

Estas receitas subdividem-se quanto ao tipo, em 5 grupos, conforme espelha o quadro seguinte:

Descrição	2025				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (Capital)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
Venda de bens de investimento	247.810,00 €	224.913,31 €	2,62	0,77	90,76
Transferências de capital	11.151.095,15€	8.362.049,24 €	97,38	28,57	74,99
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	11.400.005,15 €	8.586.962,55 €	100,00	29,34	75,32%



[Handwritten signature and notes in blue ink]

As receitas de capital cobradas, tiveram um forte acréscimo de 4.894.055,73€ a que corresponde a um aumento de 133,36% em relação ao ano de 2024, justificado essencialmente pelo aumento do valor recebido dos fundos comunitários.

VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

Esta rubrica registou o valor de 139.813,31 euros, correspondentes à venda de 13 lotes de terreno na Zona Industrial e ainda 85.100,00€, relativos a 50% da venda de edifício adquirido ao Estado para empreendimento turístico hoteleiro.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Esta rubrica constitui a principal componente da Receita de Capital e integra para além das receitas proveniente do Orçamento de Estado – FEF Capital que foi de 1.055.408,00 euros, a receita prevista no artigo 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013 no montante de 1.938.164,00 euros, o valor de 152.709,62€ da Cooperação Técnica Financeira relativa ao financiamento do Fundo Ambiental para a aquisição de viaturas elétricas e ainda o valor de 4.990,00 euros para participação nas Transferências de Competências na componente de capital.

Ainda nesta rubrica, cabe à participação dos projetos através de fundos comunitários a maior fatia correspondente ao valor total de 5.210.277,62 euros, distribuídos da forma a seguir indicada:

- Reabilitação energética e funcional da Piscina Coberta - 6.384,35 euros;



- Casa das Associações – 36.160,79 euros;
- Reabilitação de habitações sociais do antigo bairro do FFH e eficiência energética - 143.612,21 euros;
- Reabilitação do edifício Escola Preparatória Trindade Coelho – Adaptação da Cantina Escolar – 116.863,98 euros;
- Repavimentação de Arruamentos de Sanhoane – 27.912,99 euros;
- Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones – 81.009,49 euros;
- Qualificação e ampliação da AAE Mogadouro expansão da III fase do loteamento industrial de Mogadouro – 146.516,59 euros;
- Rede de Castros - Castelo de Vilarinho dos Galegos – 19.765,03 euros;
- Melhoramento das condições térmicas na EB1 e Jardim de Infância - 4.539,21 euros;
- Repavimentação de Arruamentos de Vale de Porco – 55.530,88 euros;
- Remodelação da rede de abastecimento de água, saneamento e pavimentação a Castelo Branco – 111.547,42 euros;
- Recinto de valorização e promoção dos produtos do território – 60.468,72 euros;
- Remodelação da Estação de Tratamento da Água de Bastelos – 112.657,14 euros
- Requalificação da Av. do Sabor entre a rotunda do bombeiro e a rotunda do cogumelo – 1.569.235,28 euros;
- Pavimentação do arruamento do Bairro do Valado ao Complexo Desportivo – 190.442,42 euros;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- Requalificação do Bairro S. José – 1.159.759,51 euros;
- Remodelação de infraestruturas de apoio á proteção civil e aquisição de equipamentos – 63.371,04 euros;
- Requalificação das ex escolas primárias do concelho – 420.043,53 euros;
- Reabilitação energética e funcional do edificio da escola secundária e pavilhão gimnodesportivo – 772.633,99 euros;
- Alteração e ampliação do edifício destinado a SAD - Castro Vicente – 94.593,93 euros;
- Aquisição de 2 motociclos elétricos e 6 cadeiras elétricas – 12.175,54€.

Os **Fundos Comunitários**, recebidos em 2025, e tendo em conta o saldo do ano anterior, representam 17,81% da receita total, sendo superior em 4.214.911,49 euros em relação ao ano de 2024.

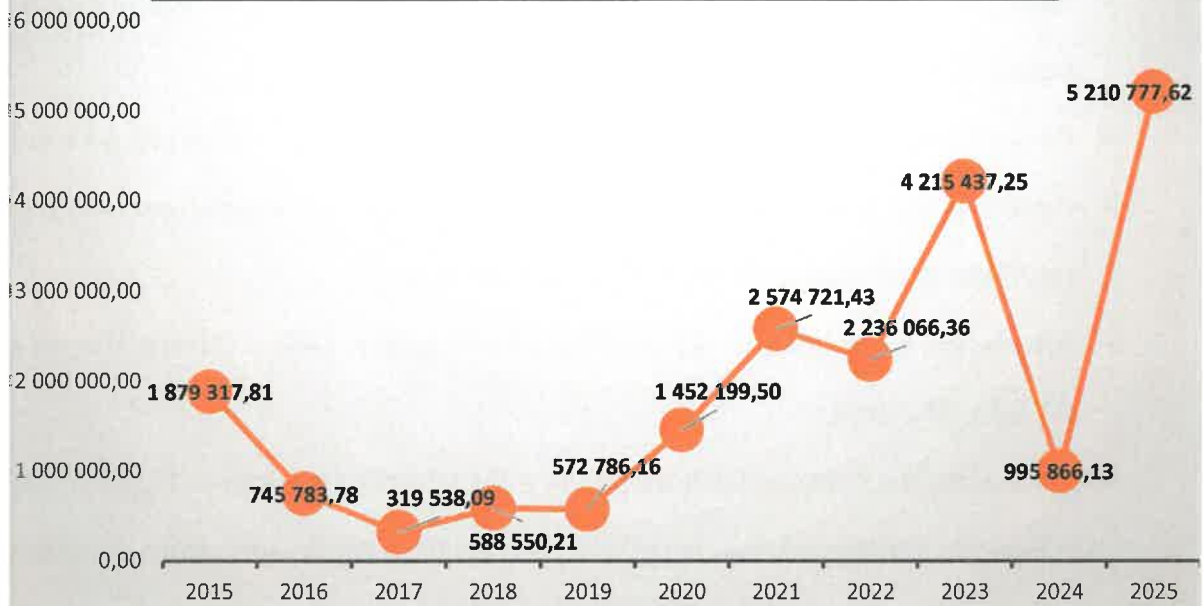
Outras Receitas de Capital

Este agrupamento de receitas não regista qualquer movimento.

Também as restantes rubricas que compõem este grupo “Receitas de Capital”, não registam qualquer execução, dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros.



Evolução dos Fundos Estruturais - 2015/2025



Analisando a receita a título de **Fundos Estruturais** verificamos que o ano em análise com 5.210.777,62€, regista o maior valor de sempre, motivado pelo fecho de vários processos e consequente pagamento final dos programas ao abrigo do 2020, mas principalmente pelos valores arrecadados do novo programa 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência.

RECEITA TOTAL

Descrição	2023		2024		2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	14.661.490,29	69,09	16.362.265,86	81,28	17.792.822,65	67,47
Receita Capital	6.560.421,00	30,91	3.769.665,12	18,72	8.577.286,71	32,53
Total de Receitas	21.221.911,29	100	20.131.930,98	100	26.370.109,36	100

Não considerando o saldo do ano anterior e as reposições não abatidas nos pagamentos, verificamos que o valor registado este ano é superior ao



registado no ano de 2024 em 6.238.178,38 euros, sendo portanto o maior valor alguma vez registado.

1.2. Despesa

A **Despesa Total** pode ser desagregada segundo a classificação económica, a classificação funcional e/ou a classificação orgânica.

Neste relatório vamos abordar as três vertentes, bem como, analisa-las segundo uma desagregação vertical, ou seja, em despesas inscritas em Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

1.2.1. Execução Orçamental da Despesa

A despesa pública consiste na aplicação de recursos da Autarquia no pagamento de serviços de ordem pública, ou em investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos destinados a promover o desenvolvimento económico-social e a coesão territorial, sem esquecer, naturalmente, os custos da estrutura administrativa e comercial necessária à obtenção de receita.

Na despesa corrente estão agrupadas todas as despesas que a instituição efetua de forma continuada para garantir o seu funcionamento. São permanentes e constantes no seu compromisso, sob pena dos prejuízos que possam causar a curto, médio ou longo prazo, quer para a Autarquia, na medida em que pode concorrer para uma contraprestação em bens e serviços indispensáveis à concretização dos objetivos a que se propõe, quer para a população em geral, porque esta não pode deixar de usufruir, dos serviços públicos que deveriam estar disponíveis.



Quanto à despesa de capital ou de investimento tem a particularidade de ser descontínua, na medida em que tem uma data para se dar início e uma outra para se concluir. São estes investimentos que permitem à Autarquia expandir e melhorar os serviços públicos e assim contribuir para o bem-estar da população, ao contrário da despesa corrente, que através dela apenas é garantida a manutenção e funcionalidade desses serviços. Conclui-se assim, que toda a despesa de capital, pela utilização dos recursos que a mesma envolve, culmina com um aumento da despesa corrente.

Verificamos que a taxa de execução alcançada na despesa foi de **77,57%** e o valor pago foi de **25.107.327,68** euros, revelando então um acréscimo de **19,67%**, correspondente ao valor de **4.126.140,73** euros, face ao ano de 2024.

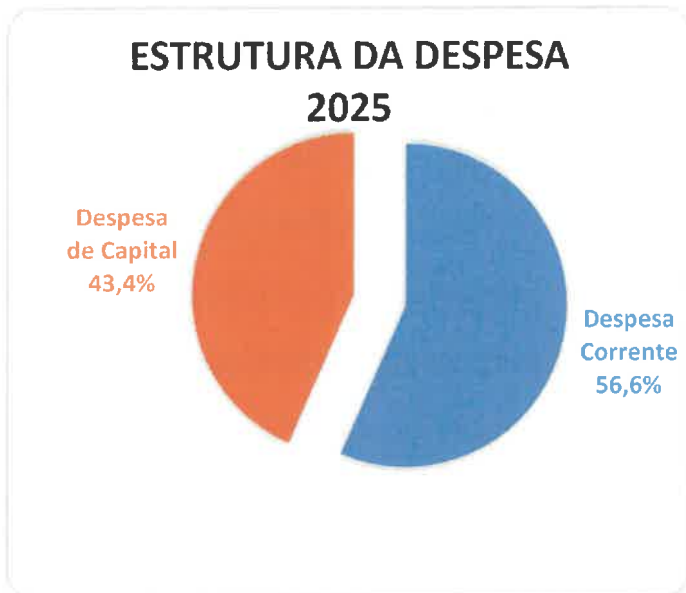
Tendo em conta o saldo transitado para o ano de 2026, como se verá a seguir, o atraso na concretização de alguns projetos como já referido, impediram um melhor desempenho em termos globais, não sendo e pela capacidade financeira, que não se atingiram melhores taxas de execução.

Os mapas que a seguir se apresentam, possibilitam através dos dados disponíveis, uma avaliação sob diferentes óticas, bem como o comportamento dos níveis de execução da despesa ao longo do ano em análise.

DESPEASAS					
Ano	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	% Execução
2025	Correntes	16.276.497,00	16.576.497,00	14.207.048,22	85,71%
	Capital	13.681.141,00	15.790.941,00	10.900.279,46	69,03%
	Total	29.957.638,00	32.367.438,00	25.107.327,68	77,57%
2024	Correntes	15.174.030,00	14.879.030,00	13.199.844,55	88,71%
	Capital	15.568.419,00	11.978.219,00	7.781.342,40	64,96%
	Total	30.742.449,00	26.857.249,00	20.981.186,95	78,12%

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Sendo certo que o Município de Mogadouro, enquanto grande consumidor de bens e serviços, impulsiona toda a economia local, estimula o setor produtivo à oferta de mais bens e serviços, com reflexos positivos na criação de mais emprego e consequente



melhoria da condição socioeconómica da população local. A classificação das despesas autárquicas em correntes e de capital permite mensurar os efeitos de índole económica da sua atuação. Isto porque, por um lado, as despesas correntes dão amplitude do consumo autárquico, e por outro lado, as despesas de capital permitem calcular os níveis de poupança pública da instituição.

De acordo com o mapa anterior, as despesas correntes totalizaram 14.207.048,22 euros, atingindo uma taxa de execução de 85,71%, enquanto as despesas de capital foram de 10.900.279,46 euros e uma taxa de execução de 69,03%.

Da análise comparativa destes valores com os de 2024, verifica-se que a variação é positiva nas duas vertentes, ou seja, a corrente que regista um crescimento de 1.007.203,67€ e a vertente capital que regista um super aumento de 3.118.937,06 euros.

As despesas correntes assumem no total das despesas da autarquia, um peso de 56,59%, ou seja, mais 7,63% que ano anterior no que diz respeito a



valores, representando as despesas de capital um peso de 43,41% e um aumento de 40,08% em relação ao ano anterior. Para se perceber melhor o motivo pelo qual se verificaram as variações, estes capítulos serão posteriormente detalhados por componente da despesa.

Tendo presentes estes conceitos, os quadros que se seguem facilitam a leitura separada da despesa corrente e a despesa de capital do Município, quer no que diz respeito aos valores globais, quer na dimensão e estrutura das várias rubricas que a compõem, medindo e justificando os níveis de poupança alcançado, ao mesmo tempo que faculta a comparação dos resultados obtidos com os de anos anteriores.

Descrição	2025				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural	Peso Estr. Total	Execução %
DESPESAS COM PESSOAL	5.745.198,00	5.101.091,38	35,91%	20,32%	88,79%
AQUISIÇÃO BENS SERVIÇOS	7.374.949,00	6.224.406,25	43,81%	24,79%	84,40%
Aquisição de Bens	1.414.273,00	1.161.931,01	8,18%	0,46%	82,16%
Aquisição de Serviços	5.960.676,00	5.062.475,24	35,63%	20,16%	84,93%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.155,00	1.186,79	0,0%	0,0%	55,07%
TRANSFERÊNC. CORRENTES	3.322.045,00	2.771.427,24	19,51%	11,04%	83,43%
SUBSÍDIOS	100,00	0,00	0	0	0
OUTRAS DESP. CORRENTES	132.050,00	108.936,56	0,77%	0,44%	82,50%
TOTAL DESP. CORRENTES	16.576.497,00	14.207.048,22	100,00%	56,59%	85,71%

A despesa do Município acompanha de forma direta o desempenho global da receita arrecadada durante o ano, transitando para o exercício seguinte, apenas o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2025, atingiram 5.074.413,16 euros, desagregados em execução orçamental 4.125.184,78 euros e em operações de tesouraria, o valor de 949.228,38 euros. Considerando apenas o valor orçamental, e caso este valor

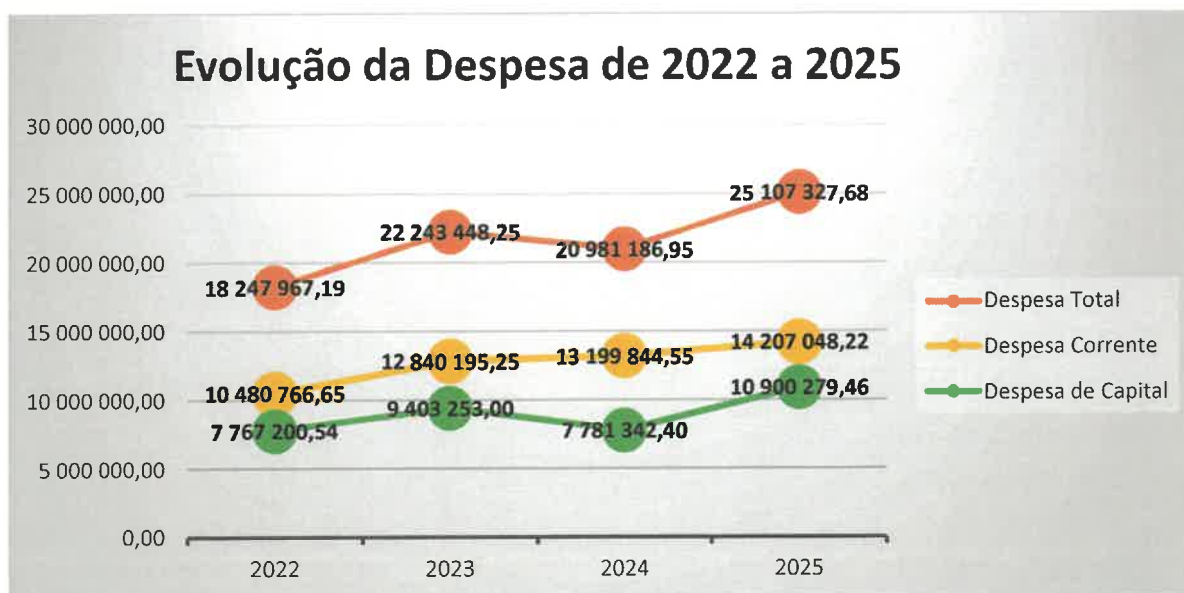
[Handwritten signatures and notes in blue ink]

tivesse sido aplicado, a execução do orçamento da despesa teria sido de 29.232.512,46 euros e uma percentagem de execução de 90,31%.

O mapa que se segue, mostra-nos que a despesa corrente foi superior ao valor apresentado em 2024 num total de 1.007.203,67€ correspondente a um acréscimo de 7,63%, e uma taxa de execução de 85,71% e traduzido em 56,59% da despesa total.

Descrição	2025	2024	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa Paga	Despesa Paga		
DESPEAS COM PESSOAL	5.101.091,38	5.128.634,90	-27.543,52	-0,54
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	6.224.406,25	5.567.541,00	656.865,25	11,80
Aquisição de Bens	1.161.931,01	1.033.577,71	128.353,30	12,42
Aquisição de Serviços	5.062.475,24	4.533.963,29	528.511,95	11,66
JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.186,79	1.308,48	-121,69	-9,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.771.427,24	2.486.379,82	285.047,42	11,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	108.936,56	15.980,35	92.956,21	581,70
TOTAL DESPESA CORRENTE	14.207.048,22	13.199.844,55	1.007.203,67	7,63

Atente-se à evolução da Despesa dos últimos 4 anos:





Conforme resulta da análise do gráfico supra, constatamos um aumento progressivo nos últimos quatro anos nas despesas correntes, sendo que apenas o ano de 2024 regista uma redução na componente capital.

1.2.2. Evolução e estrutura da Despesa Municipal

Do resultado da execução do ano 2025, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que o peso das despesas correntes foi superior ao peso das despesas de capital.

Correspondendo aos gastos necessários ao normal desenvolvimento da atividade do Município, as despesas de funcionamento, vulgarmente denominadas por despesas fixas ou de estrutura, dão expressão financeira ao funcionamento da entidade na prossecução das suas atribuições e competências. Esta tipologia de despesas compreende nomeadamente todos os encargos apurados com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, juros e outros encargos e outras despesas de caráter residual.

Estrutura	2022	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES	57,44%	57,73%	62,91%	56,59
Despesas com pessoal	21,90%	22,39%	24,44%	20,32%
Aquisição de bens e Serviços	23,60%	23,97%	26,54%	24,79%
Juros e outros encargos	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%
Transferências Correntes	11,56%	11,17%	11,85%	11,04%
Subsídios	0%	0%	0%	0%
Outras despesas correntes	0,37%	0,19%	0,08%	0,44%
DESPESAS DE CAPITAL	42,56%	42,27%	37,09%	43,41
Aquisição de bens de capital	39,98%	40,69%	35,88%	41,24
Transferências de capital	1,92%	1,09%	1,21%	2,17
Ativos financeiros	0,07%	0%	0%	0%
Passivos financeiros	0,59%	0,49%	0%	0%
Outras despesas de capital	0%	0%	0%	0%
TOTAL DA DESPESA	100%	100%	100%	100



DESPESA CORRENTE

Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.

Em termos gerais, os gastos com pessoal registaram um decréscimo de 0,54%, que correspondem ao valor de 27.543,52 euros.

Descrição	2025	2024	Variação	Variação
Despesas Correntes	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	€	%
Despesas com Pessoal	5.101.091,38 €	5.128.634,90 €	-27.543,52 €	-0,54
Remunerações Certas e Permanentes	3.970.527,95 €	3.986.177,84 €	-15.649,89 €	-0,39
Abonos Varáveis ou Eventuais	167.079,72 €	160.565,57 €	6.514,15 €	4,06
Segurança Social	963.483,71 €	981.891,49 €	-18.407,78 €	-1,87

As “remunerações certas e permanentes” são o agregado com maior relevância e refletiu uma variação negativa de 15.649,89€ relativamente a 2024.

Os “abonos variáveis ou eventuais” registaram um acréscimo de 6.514,15 euros em relação ao ano anterior, fazendo parte deste agregado, as despesas com senhas de presença dos eleitos, trabalho extraordinário, ajudas de custo e abono para falhas.

Em contraponto a rubrica da Segurança Social, relacionada com os agregados anteriores, regista uma redução na despesa no valor de 18.407,78 euros em relação a 2024, sendo que foram os encargos com seguros, a rubrica que maior aumento sofreu e as despesas com saúde a que regista uma maior redução.



Neste agregado são contabilizadas as despesas com as contribuições da Autarquia como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, os seguros de pessoal e as despesas com saúde dos funcionários.

No grupo das despesas correntes, manteve-se a preponderância da **“Aquisição de bens e serviços”**, que representaram 43,81% deste tipo de despesa e 24,79% da despesa total.

É neste grupo que estão incluídas a maioria das despesas municipais, com a aquisição de serviços e bens de consumo de carácter operacional como a eletricidade, as comunicações, os transportes escolares e os trabalhos especializados entre muitos outros necessários ao funcionamento da estrutura e que permitem a prestação de diversos serviços à população em geral.

O quadro seguinte, discrimina os montantes pagos pelo Município com aquisição de bens e serviços durante o ano 2025, cujo valor global atingiu os 6.224.406,25 euros. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se que esta despesa aumentou 656.865,25 euros, em termos absolutos e 11,80% em termos relativos.

Relativamente à **“Aquisição de Bens”**, os pagamentos ascenderam a 1.161.931,01 euros, que aumentaram em 128.353,30 euros, o que corresponde a 12,42%, em relação a 2024, merecendo especial destaque os valores despendidos com o fornecimento de **“Combustíveis e Lubrificantes”**, com 370.939,58 euros, seguindo-se os **“Outros Bens”** com 246.392,19 euros e os **“Alimentação – Géneros para confeccionar”** com um total de 136.086,78 euros.



Prestação de contas 2025

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones on the right margin.

Descrição	2025	2024	Variação	Variação
Despesas Correntes	Despesa Paga	Despesa Paga	€	%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.224.406,25€	5.567.541,00€	656.865,25	11,80
Aquisição de Bens	1.161.931,01€	1.033.577,71€	128.353,30	12,42
Combustíveis e Lubrificantes	370.939,58€	330.957,93€	39.981,65	12,08
Limpeza e Higiene	39.508,59€	41.007,33€	-1.498,74	-3,65
Alimentação – refeições confeccionadas	30.985,97€	30.320,08€	665,89	2,20
Alimentação – Géneros p/ confeccionar	136.086,78€	135.910,06€	176,72	0,13
Vestuário e artigos pessoais	15.193,13€	8.147,91€	7.045,22	86,47
Material de escritório	39.258,68€	33.071,53€	6.187,15	18,71
Produtos Químicos e farmacêuticos	91.600,79€	72.272,16€	19.328,63	26,74
Material de consumo clínico	375,56€	502,40€	-126,84	-25,25
Material de Transporte - Peças	23.744,07€	18.629,38€	5.114,69	27,45
Material de consumo hoteleiro	1.236,71€	7.302,11€	-6.065,40	-83,06
Outro material - Peças	876,34€	2.903,98€	-2.027,64	-69,82
Prêmios condecorações e ofertas	127.493,17€	106.849,96€	20.643,21	19,32
Mercadorias para venda - Água	16.407,64€	13.672,99€	2.734,65	20,00
Ferramentas e utensílios	10.683,36€	9.104,62€	1.578,74	17,34
Artigos honoríficos e de decoração	0€	0€	0	0
Material educação, cultura e recreio	11.148,25€	10.785,27€	362,98	3,37
Outros	246.392,19€	212.140,00€	34.252,19	16,15
Aquisição de Serviços	5.062.475,24€	4.533.963,29€	528.511,95	11,66
Encargos de Instalações	807.566,14€	846.377,72€	-38.811,58	-4,59
Limpeza e higiene	1.126.024,46€	900.157,15€	225.867,31	25,09
Conservação de bens	513.895,74€	388.872,69€	125.023,05	32,15
Locação de Edifícios	30.000,00€	30.000,00€	0,00	0
Locação de outros bens	152.745,53€	267.611,97€	-114.866,44	-42,92
Comunicações	115.176,10€	122.308,28€	-7.132,18	-5,83
Transportes	373.624,23€	356.910,55€	16.713,68	4,68
Representação de serviços	5.747,86€	5.812,06€	-64,20	-1,10
Seguros	76.665,56€	74.603,41€	2.062,15	2,76
Deslocações e estadas	2.705,00€	7.933,09€	-5.228,09	-65,90
Estudos, pareceres e consultadoria	295.784,67€	178.246,42€	117.538,25	65,94
Formação	9.104,53€	9.777,60€	-673,07	-6,88
Seminários, exposições e similares	279,20 €	2.346,00 €	2.066,80	-88,09
Publicidade	179.804,70€	180.106,62€	-301,92	-0,17
Vigilância e segurança	108.955,21€	82.296,58€	26.658,63	32,39
Assistência técnica	58.380,39€	66.405,11€	-8.024,72	-12,08
Outros trabalhos especializados	308.373,05€	234.562,52€	73.810,53	31,47
Serviços de Saúde	1.230,00€	438,28€	791,72	180,64
Encargos de cobrança de receitas	44.088,53€	42.267,11€	1.821,42	4,31
Outros Serviços	852.324,34€	736.930,13€	115.394,21	15,66



Na rubrica “Outros Bens”, está contabilizado essencialmente o valor destinado a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras.

A soma destas três rubricas representa 64,84% dos valores pagos em 2025, pelo que os restantes montantes têm um carácter residual, destacando-se aqui apenas os “Prémios, condecorações e ofertas” com 127.493,17€ os 91.600,79 euros gastos na rubrica “Produtos Químicos e Farmacêuticos”, os 39.508,59€ com “Limpeza e Higiene” e os 39.258,68 euros com “Material de Escritório”.

Relativamente à rubrica “Aquisição de Serviços”, evidencia despesas totais de 5.062.475,24 euros registando um acréscimo de 11,66% em relação a 2024, o que corresponde a 528.511,95 euros.

Nesta subclasse a rubrica que mais uma vez se destaca e com um aumento de 25,09%, é a da “Limpeza e Higiene”, que encerrou o ano com quantias pagas no valor de 1.126.024,46€, destinados ao pagamento da limpeza e recolha de lixo. Logo de seguida, surge a rubrica de “Outros Serviços” com um total de 852.324,34 euros, superior a 2024 em 115.394,21 euros. Tratando-se de uma rubrica residual, inclui os encargos onde são lançadas todas as despesas sem enquadramento em rubrica própria e de natureza diversa, designadamente os custos com a iluminação pública no valor de 330.132,80€, os custos com o Festival de Terra Transmontana nesta componente com 113.470,71€, a prestação de serviços na organização do Festival Mogadouro em Movimento no



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '93' and various scribbles]

valor de 80.169,10€, o pagamento pela presença nas mesas de voto no valor de 22.854,34€, o serviço de leitura de contadores no valor de 41.512,51 euros, entre outros de menor valor como o serviço de limpeza do edifício dos Paços do Concelho com 11.096,400 euros ou o pagamento pelo serviço de desmontagem e montagem de prateleiras do arquivo velho para o novo, no valor de 7.490,00 euros.

Por ordem de grandeza absoluta, segue-se a rubrica dos “Encargos de instalações”, com custos de 807.566,14 euros, e foram gastos exclusivamente no pagamento de eletricidade das instalações, à EDP, desta vez com uma redução 4,59% em relação ao ano anterior.

Surge logo de seguida a despesa com a “Conservação de bens” com 513.895,74€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis, regista também um aumento de 125.023,05€ em relação ao ano anterior e assume aqui neste conjunto o quarto lugar em relação de grandeza de gastos.

As despesas com “Transportes”, é também significativa com valor superior em 16.713,68 euros em relação ao ano de 2024, regista um total de 373.624,23 euros, e representa 7,38% do total da rubrica de aquisição de serviços pagos.

A rubrica “outros trabalhos especializados” que totaliza 308.373,05 euros, regista um valor superior em 73.810,53 euros em relação ao ano de 2024 e tem como despesas mais significativas, o pagamento da análise e controle analítico de águas e assistência técnica das ETAS e ETAR's , o valor de 77.768,52 euros, a prestação de serviços de fiscalização de obra na área de engenharia civil no

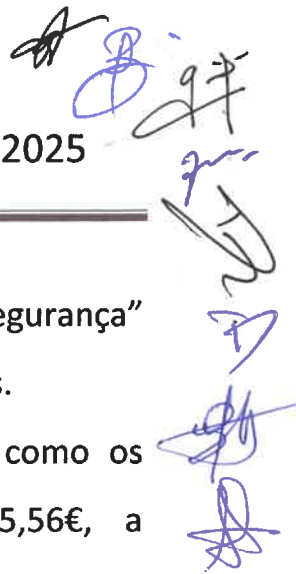


valor de 36.162,00€, os serviços do Revisor Oficial de Contas (12.398,40€), os serviços do aeródromo no valor de 7.500,00€, manutenção preventiva do AVAC de edifícios municipais 20.525,01€, nos serviços de medicina e higiene no trabalho e segurança alimentar, no valor de 15.541,05 euros, o valor de 16.556,17€, entre outras de menor dimensão e ainda os 24.477,00 euros gastos com a recuperação do IVA, a prestação de serviços na elaboração do plano municipal de emergência de proteção civil com o valor de 12.115,50€ ou a desinfeção e controlo de pragas no valor de 23.431,50 euros.

Seguem-se os custos com os “estudos, pareceres e consultadoria” com o valor de 295.784,42 euros “Publicidade” no valor de com 179.804,70€ e que englobam essencialmente os custos com o apoio jurídico no valor de 121.584,44 euros, o apoio jurídico na área dos recursos humanos no valor de 17.589,00 euros, nas licenças e renovações de software no valor de 32.232,91 euros, e ainda a elaboração de vários estudos e projetos com um total de 77.568,63 euros e o serviço de avaliação e seleção nos procedimentos de recrutamento de recursos humanos com 24.587,70 euros.

O custo com a “Locação de outros bens” com o valor de 152.745,53 euros, destinou-se ao serviço de aluguer de máquinas fotocopiadoras, de tendas ou barracas, dos aparelhos de teleassistência, da ornamentação natalícia entre vários outros como a projeção cinematográfica ou aluguer de purificadores de água.

Também com três dígitos, surgem as “Comunicações” no valor de 115.176,10€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet, com alguma importância neste bolo que regista uma diminuição de 7.132,18€



em relação ao ano de 2024 e as despesas com a “Vigilância e Segurança” destinado à segurança dos edifícios municipais com 108.955,21 euros.

Há ainda outras rubricas com valores menos significativos, como os “Seguros” relativos a equipamentos municipais no valor de 76.665,56€, a “Assistência Técnica” com 58.380,39€, destinado essencialmente ao pagamento das despesas com a Medidata e os “Encargos de Cobrança de Receita” que foram de 44.088,53 euros destinados ao pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, bem como de encargos de cobrança de água pelos CTT e entidades bancárias.

Na comparação da execução do exercício de 2025 com o exercício de 2024, verifica-se relativamente à aquisição de bens, o comportamento expresso a seguir, por rubricas económicas desagregadas, onde a maioria delas registam aumentos significativos:



Combustíveis e lubrificantes – 12,08%

Outros Bens – 16,15%

Material de transporte - Peças – 27,45%

Material de escritório – 18,70%

Produtos Químicos e farmacêuticos - 26,74%



Limpeza e higiene – 3,65

Material de consumo clínico – 25,24%

Material de consumo hoteleiro – 83,06%

Outro material- peças – 69,82%

Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin.



No que diz respeito à aquisição de serviços e tendo em conta os valores de 2024, mostram-se os decréscimos e acréscimos mais significativos, na percentagem e principalmente nos valores, sendo que também aqui, a maioria das rubricas, seguiu a tendência de subida:



- Limpeza e higiene - 25,10%
- Conservação de bens – 32,15%
- Transportes – 16,71%
- Estudos pareceres e consultadoria – 65,94%
- Outros trabalhos especializados – 73,81%



- Encargos de instalações – 4,59%
- Locação de outros bens – 42,92%
- Comunicações – 5,83%
- Assistência técnica - 12,08%

Quadro dos últimos 4 anos:

Descrição	2022	2023	2024	2025
Aquisição de Bens	896.034,62	1.043.304,69	1.033.577,71	1.161.931,01
Aquisição de Serviços	3.410.000,04	4.289.267,85	4.533.963,29	5.062.475,24
Total	4.306.034,66	5.332.572,54	5.567.541,00	6.224.406,25

JUROS E OUTROS ENCARGOS

A rubrica de juros e outros encargos teve uma variação negativa de 121,69 euros, o que corresponde a 9,30% e referem-se exclusivamente aos encargos com garantias bancárias no valor de 1.186,79 euros.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes integram os projetos e ações do Plano de Atividades Municipais sendo estas importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

Descrição	2025	2024	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa paga	Despesa paga		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2 771 427,24	2 486 379,82	285 047,42	11,46
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	307 237,48	208 421,63	98 815,85	47,41
Administração Central Estado	2 150,00	0,0	2 150,00	100
Administração Local	952 232,16	1 013 143,48	-60 911,32	-6,01
Municípios	39 161,20	32 466,15	6 695,05	20,62
Freguesias	502 367,29	472 046,40	30 320,89	6,42
Associação de Municípios	410 703,67	508 630,93	-97 927,26	-19,25
Segurança Social	104 348,34	80 699,53	23 648,81	29,30
Instituições Sem Fins Lucrativos	728 984,38	606 497,75	122 396,63	20,20
Famílias	676 474,88	577 617,43	98 857,45	17,11

As Transferências Correntes e Subsídios pagos no ano 2025, totalizaram 2.771.427,24 euros, valor superior ao do ano anterior em 11,46%, o que corresponde ao valor considerável de 285.047,42 euros e nelas são registadas as despesas destinadas a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades de interesse municipal, o apoio à criação de emprego bem como as verbas a título de apoio ao associativismo e ao apoio aos estratos sociais desfavorecidos. Esta rubrica reflete essencialmente os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia, Instituições sem fins lucrativos no âmbito dos protocolos assinados com estas entidades e ainda a rubrica famílias, que integra os Programas Ocupacionais.



Esta rubrica corresponde a 19,51 % da despesa corrente paga, e a 11,04 % da despesa total, e teve uma execução de 83,43 %, tendo em conta os montantes pagos e orçamentados.

Relativamente ao ano anterior, regista-se um aumento considerável na maioria das rúbricas e principalmente no global, verificando-se apenas uma redução na rúbrica das Associações de Municípios.

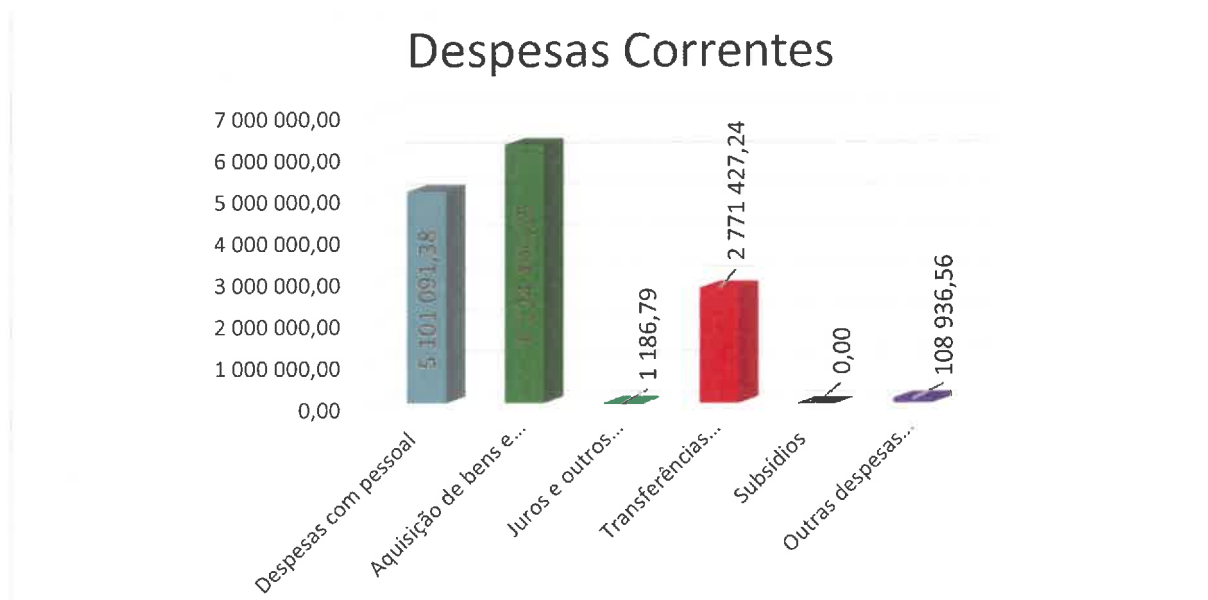
As transferências realizadas para as instituições sem fins lucrativos, assumem mais uma vez, a maior fatia do bolo e pressupõem o apoio a entidades de índole cultural, desportivo e humanitário, a quem foi distribuído o montante de 728.984,38 euros e que regista um grande aumento de 122.396,63€ face ao ano anterior.

A segunda maior fatia foi entregue às “Famílias” que absorve 676.474,88 euros, aumentando também em relação ao ano anterior o valor de 98.857,45€. Aqui cabem, os contratos de emprego e inserção no valor de 223.674,76 euros, componente onde se regista uma diferença superior a 100.000 euros, resultante de um maior número de pessoas requisitadas ao Centro de Emprego. Mas estão aqui também e em maior valor, as despesas com os apoios concedidos para a sanidade animal no valor de 160.987,65€, relativo ao apoio de 100% sobre o valor pago pelos produtores, no apoio à 1.ª infância e atividades de tempos livres no valor de 169.675,75€, no apoio à natalidade o valor de 40.027,37€, no apoio à aquisição de livros e fichas escolares, o valor 26.930,98€, no apoio à compra de medicamentos o valor de 14.384,56€, entre outros como as bolsas de estudo para onde foram canalizados 9.881,01 euros.

Os acordos de colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia pressupõem o apoio na delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, às quais foram pagos 502.367,29 euros, valor superior ao de 2024 em 30.320,89 € e que corresponde à terceira maior fatia deste agregado.

Logo a seguir surgem as Associações de Municípios com o montante global de 410.703,67€, que regista uma diminuição de 97.927,26€ em relação ao ano de 2024, e destina-se ao pagamento das despesas de funcionamento das várias associações de que o município faz parte. O valor transferido destina-se essencialmente da compensação dos transportes escolares, que agora é gerida através da Comunidade Intermunicipal de Trás-Os-Montes, e que absorve 252.633,62 euros do total, para além do custo de funcionamento das associações a que pertencemos.

Foram ainda pagos 39.161,20€ ao Município de Vimioso para gestão do Canil Intermunicipal, valor superior em 6.695,05€ em relação ao último ano.





As Despesas Correntes, no valor global de 14.207.048,22€, representam 56,59% do total da despesa paga no ano, e é refletida por rubricas agregadas no gráfico que se segue:

DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução.

Nesta componente da despesa de capital, no ano 2025, o valor final orçamentado foi de 15.790.941,00€, dos quais foram pagos 10.900.279,46€, o que correspondeu a uma execução de 69,03%.

Descrição	2025				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (Capital)	Peso Estrutural (Total)	Taxa execução %
Aquisição de bens de Capital	14.827.791,00€	10.356.079,95€	95,01	41,25	69,84
Transferências de Capital	963.150,00€	544.199,51€	4,99	2,17	56,50
Ativos Financeiros	0€	0€	0,0	0,0	0,0
Passivos Financeiros	0€	0€	0,0	0,0	100
Outras Despesas de Capital	00€	0,00€	0	0	0
TOTAL DESPESAS CAPITAL	13.681.141,00€	10.900.279,46 €	100,00	37,09	69,03
TOTAL DA DESPESA	32.367.438,00 €	25.107.327,68 €			77,57

A estrutura da despesa de capital é composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de Capital – Valor de investimento e que, coincide com o valor da execução do PPI. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros edifícios, construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento, que será detalhado aquando a análise do PPI.



No grupo das **despesas de capital**, a aquisição de bens de capital sofreu um forte acréscimo de 2.829.016,05 euros, o que corresponde a 37,58% face a 2024, refletindo apesar do aumento do valor, uma redução do peso percentual desta rubrica no contexto deste tipo de despesa (de 96,73% em 2024, para 95,01% em 2025), aumentando no entanto a sua importância relativa na despesa total (de 35,88%, em 2024, para 41,25%, em 2025).

Seguidamente assume especial relevância o valor das transferências de capital, que corresponde a valores pagos a várias instituições para financiamento de obras ou bens de investimento como como Comissões Fabriqueiras, IPSS ou Juntas de Freguesia e ainda na recuperação de património edificado.

Relativamente aos anos anteriores, tendo em conta os valores pagos, o mapa seguinte mostra a despesa de capital superior em cerca de três milhões de euros, justificado pelo maior volume de receita arrecadada que poderia ser ainda maior, face ao saldo existente no final do ano.

Descrição	2022		2023		2024		2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	7.295.858,37	93,93	9.051.876,47	96,26	7.527.063,90	96,73	10.356.079,95	95,01
Transferências de Capital	350.648,03	4,52	243.123,71	2,59	254.278,50	3,27	544.199,51	4,99
Ativos Financeiros	12.441,36	0,16	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Passivos Financeiros	108.252,78	1,39	108.252,82	1,15	0	0	0	0
Invest . Global	7.767.200,54	100	9.403.253,00	100	7.781.342,40	100	10.900.279,46	100

AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, apenas é considerado o que é



investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.

Se considerarmos que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 10.356.079,95€, os compromissos assumidos tenham sido de 14.050.162,46€, concluímos que o saldo que transitou de ano, permitia apresentar uma taxa de execução de 97,66%.

Investimento Direto

Descrição	2022		2023		2024		2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	14.764,98	0,20	154.815,40	1,71	316.204,63	4,20	62.532,73	0,60
Habitação	421.535,99	5,78	2.905,05	0,03	0,00	0,00	0,00	0,0
Edifícios	1.122.570,17	15,39	2.124.668,79	23,47	2.360.284,49	31,36	5.233.550,65	50,54
Construções Diversas	4.817.738,73	66,03	5.613.526,69	62,02	4.357.539,89	57,89	3.990.790,23	38,53
Material de Transporte	321.036,15	4,40	321.519,29	3,55	74.072,51	0,98	437.885,98	4,23
Maquinaria e Equipamento	494.824,70	6,78	347.819,32	3,84	288.367,19	3,83	398.762,74	3,85
Outros	103.386,85	1,42	476.621,93	5,38	130.598,19	1,74	232.557,62	2,25
Investimento Direto	6.422.533,56	100,00	7.295.858,37	100,00	9.051.876,47	100,00	10.356.079,95	100

Da análise, constata-se que o maior investimento ocorre na rubrica das “Edifícios” que por si só assume 50,54%, o que corresponde ao valor de 5.233.550,65€. Deste bolo destacam-se o investimento nas obras de projeto e construção do Matadouro Municipal, a reabilitação funcional do edifício da Escola Secundária de Mogadouro e Pavilhão Gimnodesportivo, o projeto e



construção do Ginásio Municipal no Complexo Desportivo e a requalificação das ex Escolas Primárias do Concelho.

O segundo item em termos globais que apresenta o maior valor, é o das “Construções Diversas”, de onde se destaca, requalificação da Av. do Sabor, a requalificação do Bairro S. José, os arruamentos no Concelho e a remodelação da rede águas, saneamento e pavimentação de Ventozelo.

Segue-se por ordem de grandeza o agregado “Material de transportes”, com um total de 437.885,98 euros relativo à aquisição de um autocarro, um veículo operacional de proteção e socorro e ainda duas scooters no âmbito da candidatura Eco Mobilidade Inclusiva.

Surge depois o item “Equipamento diverso”, de onde se destacam as despesas com a aquisição de outro equipamento diverso como bombas de água, aquisição de material de topografia, a remodelação dos parques infantis de Bemposta e S. João em Mogadouro, a aquisição e instalação de Sistemas de Bombagem de água para ETA`s e Furos verticais, mobiliário e outras de menor valor como eletrodomésticos, num total de 398.762,74 euros.

Importa também fazer referência à designada por “Outros”, onde se registou um investimento de 232.557,62 euros, destacando-se aqui a aquisição de escultura para homenagem aos combatentes, placas de identificação sinalética de entrada de localidades, a criação de um espaço de eventos, venda e prova de produtos regionais ou a aquisição de brasão em granito amarelo da cidade de Mogadouro escavado em pedra.



Para concluir o agregado “Terrenos” com um total de 62.532,73 euros, destinados à compra de terrenos destinados à construção da variante da Zona Industrial ao IC5 e para a execução da obra de “Sabor -Lake Resort Medal”.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

No ano de 2025, o Município aumentou o valor das transferências de capital em 289.921,01 euros face a 2024, o que corresponde a uma diferença de 114%. Assim, o montante total de 544.199,51 euros gasto nesta rubrica, contempla as importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital, realizadas por outras entidades.

Estas transferências têm um peso de 4,99% no total da despesa de capital paga, e de 2,17% da despesa total.

Descrição	2025	2024	Variação €	Variação %
Despesa de Capital	Despesa Paga	Despesa Paga		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	544.199,51	254.278,50	289.921,01	114,02
Privadas	0,0	8.751,43	-8.751,43	-100,0
Freguesias	198.490,63	55.585,59	142.905,04	257,09
Associação de Municípios	0,0	12.396,87	-12.396,87	-100,00
Segurança Social	20.301,75	48.038,93	-27.737,18	-57,74
Instituições Sem Fins Lucrativos	194.032,98	60.363,67	133.669,31	221,44
Famílias	131.374,15	69.142,01	62.232,14	90,01

O valor constante na rubrica “Privadas”, não regista qualquer movimento, porque houve alterações de procedimento no pagamento dos apoios que passaram de transferências de capital para transferências correntes.

Já o valor pago às Juntas de Freguesia num total de 198.490,63 euros, resulta de onze protocolos celebrados, designadamente o valor concedido à

F



Freguesia de Bruçó para aquisição de bomba solar, à freguesia de Castro Vicente para conclusão do edifício sede, a freguesia de Azinhoso para arranjo urbanístico do Largo do Toural, à freguesia de Urrós para construção de Parque Infantil, à freguesia de Penas Roias para alargamento do cemitério do Variz, à freguesia de Tó para aquisição de máquina de lavar industrial, à União de freguesias de Vilarinho e Ventozelo para aquisição de caixilharia, à freguesia de Meirinhos para aquisição de mobiliário para multiusos, à freguesia de Paradela para construção de passeios à freguesia de Bemposta para reconstrução de palheiro em Lamoso e à freguesia de Saldanha para pavimentação de rua.

No âmbito da Segurança Social, no ano em análise regista-se uma diminuição de candidaturas, com a atribuição de 20.301,75€, distribuídos pelo Centro Social Cultural e Recreativo de Travanca e pela Associação Meirinhos Solidário, destinados obras de melhoramento e aquisição de equipamento.

Em contrapartida a rubrica “Instituições sem fins lucrativos” regista o valor de 194.032,98€, muito superior ao do ano anterior e foi canalizado para às Fábricas da Igreja de Variz, Brunhos, São Martinho do Peso e Sanhoane e ainda à Associação de Caça e Peca de Penas Roias e aos Bombeiros Voluntários de Mogadouro, para obras ou benfeitorias nas suas igrejas e capelas ou aquisição de equipamento como instrumentos musicais e ambulância.

As transferências efetuadas para as “Famílias” num total de 131.374,15 euros, registou um forte acréscimo e foram destinados ao apoio na melhoria de habitação de famílias carenciadas, à recuperação de património edificado e ao apoio à iniciativa empresarial e económica nas áreas agrícolas e pecuárias do Município de Mogadouro.

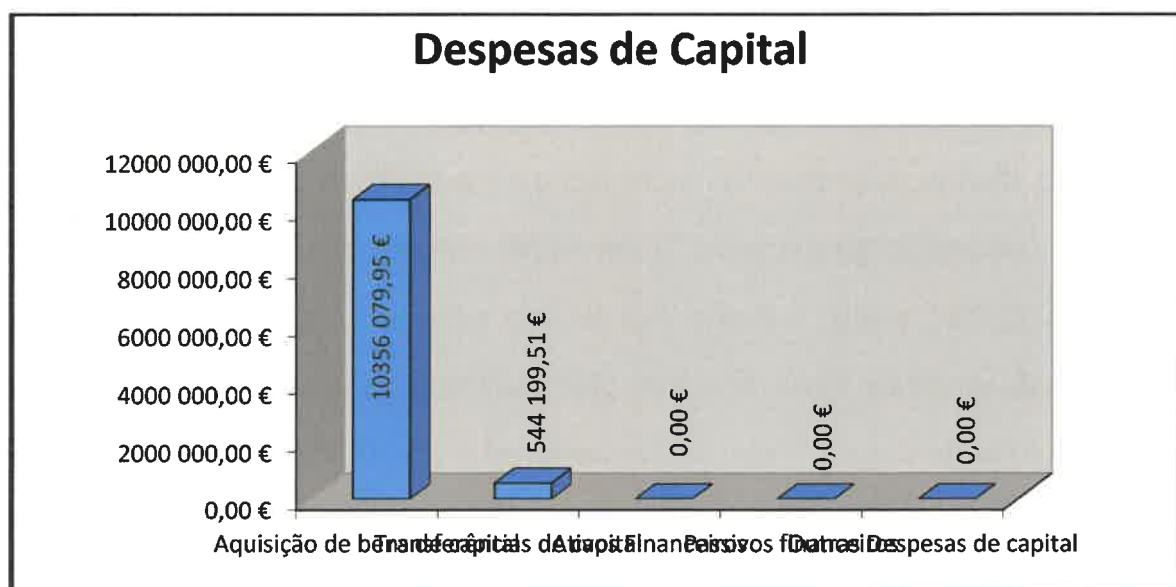
ATIVOS FINANCEIROS

Não se regista qualquer movimento neste Capítulo.

PASSIVOS FINANCEIROS

Também não regista qualquer movimento neste capítulo dada a ausência de dívida de médio e longo prazo no final do ano em análise.

O capítulo das “**Outras despesas de capital**” não regista qualquer movimento. O gráfico que a seguir se apresenta, mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.



1.2.3. Despesa na ótica dos Planos

Os documentos previsionais das autarquias, são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da

[Handwritten signatures and marks in blue ink on the left margin]



definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.

Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais e previstos através dos quais é possível ajustar o

Orçamento Municipal às realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.

São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento, pois, ao definir as políticas que a Autarquia pretende seguir, a sua realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.

Assim, o montante do orçamento com a dotação corrigida, foi repartido da seguinte forma:





O Plano Plurianual de Investimentos, inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão da despesa.

O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.

A informação do quadro seguinte apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano no último ano, traduzindo os investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes.

Da análise ao quadro seguinte constata-se, na ótica da despesa paga (15.417.866,20€), que no final do período em análise, a taxa de execução das GOP's foi de 73,31%. No final do ano 2024, o nível de execução tinha sido de 72,58%.

ANÁLISE DE CUSTOS POR FUNÇÕES

A contabilidade de custos do município ainda em fase de implementação, assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas



atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Podemos verificar, conforme mapa anterior, cujos custos se encontram agregados por funções, que o peso das funções gerais, corresponde a 18,28% do total dos custos, e representam 2.817.708,80 euros, sendo que este grupo integra a Administração Geral e a Proteção Civil. As funções sociais representam 7.495.975,52 euros, correspondendo a 48,62% dos custos do município. A rubrica do ordenamento do território regista o maior valor com 1.836.259,20 euros e corresponde a 24,50% deste agregado, a do desporto e, recreio e lazer vem logo a seguir com 1.272.867,16€ o que corresponde a 16,98% e em terceiro lugar a rúbrica dos serviços auxiliares de ensino com 1.271.707,08 euros e 16,97% do total.

Se analisarmos as funções económicas concluímos que apresentam o valor de 4.016.390,38 €, sendo que a rúbrica da Indústria e Energia por si só, corresponde a 58,52% do total desta função.

A função, “outras funções” tem uma percentagem de 7,05% do valor do total dos custos deste município, que corresponde a 1.087.791,50 euros, destinados na totalidade ás Transferências entre Administrações.



REPARTIÇÃO POR FUNÇÕES -2025

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2025				
Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro Obj./Prog.	% em relação ao total
1.	Funções Gerais	2 817 708,80	100,00%	18,28%
1.1.1.	Administração geral	2 138 136,92	75,88%	13,87%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	679 571,88	24,12%	4,41%
2.	Funções Sociais	7 495 975,22	100,00%	48,62%
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	0,0	0,0	0,0
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	1 271 707,08	16,97%	8,25%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	9 458,46	0,12%	0,06%
2.3.2.	Ação social	341 965,66	4,56%	2,22%
2.4.	Habitação e serviços coletivos	3 897 722,97	52,00%	25,28%
2.4.1	Habitação	34 991,51	0,47%	0,23%
2.4.2.	Ordenamento do território	1 836 259,20	24,50%	11,91%
2.4.3.	Saneamento	603 548,90	8,05%	3,91%
2.4.4.	Abastecimento de água	291 866,65	3,89%	1,89%
2.4.5.	Resíduos sólidos	989 132,40	13,20%	6,41%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	141 924,31	1,89%	0,92%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1 975 121,35	26,35%	12,81%
2.5.1.	Cultura	662 626,15	8,84%	4,30%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	1 272 867,16	16,98%	8,26%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	39 628,04	0,53%	0,26%
3.	Funções económicas	4 016 390,38	100,00%	26,05%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	177 600,94	4,42%	1,15%
3.2.	Indústria e energia	2 350 259,59	58,52%	15,25%
3.3.1.	Transportes rodoviários	897 823,15	22,35%	5,82%
3.3.2.	Transportes aéreos	0,00	0,00%	0,00%
3.4.1.	Mercados e Feiras	304 319,67	7,58%	1,97%
3.4.2.	Turismo	286 387,03	7,13%	1,86%
4.	Outras Funções	1 087 791,50	100,00%	7,05%
4.1.1.	Empréstimos	0,0	0,0%	0,0%
4.2.	Transferência entre Administrações	1 087 791,50	100,00%	7,05%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
TOTAIS		15 417 866,20	100,00%	100,00%

1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos

Se analisarmos em separado a execução do PPI, demonstra como se concretizou o aumento de capital fixo da instituição, refletindo assim, as funções em que se concentraram efetivamente os seus recursos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

FUNÇÕES SOCIAIS

As Funções Sociais assumem de novo a maior percentagem do bolo do PPI, com um valor global de 5.013.750,03 euros, o que representa 48,41% do total e um acréscimo de 1.011.694,28 euros, face ao ano anterior.

Neste grupo, são integrados os investimentos em várias áreas, de onde se destacam os valores canalizados para ordenamento do território, mais concretamente as obras de Requalificação da av. do Sabor entre a rotunda do Bombeiro e rotunda do Cogumelo com o valor de 1.357.906,49 euros e para a Requalificação do Bairro S. José com o valor de 478.352,71 euros.



Requalificação da Av. do Sabor entre a Rotunda do Bombeiro e a Rotunda do Cogumelo



Requalificação do Bairro S. José



Nos Serviços auxiliares de ensino regista-se um total de 1.055.148,64 euros, aplicados, na reabilitação funcional do edifício da Escola Secundária de Mogadouro e Pavilhão Gimnodesportivo.



Reabilitação funcional do Edifício da Escola Secundária de Mogadouro e Pavilhão Gimnodesportivo

No desporto e lazer com um total de 873.448,64 euros, destacamos o projeto e construção do Ginásio Municipal no Complexo Desportivo com 713.165,96€ e a transformação do Polidesportivo da Fonte Nova em 2 campos de Pádel com o valor de 155.734,14 euros.



Construção do Ginásio Municipal no Complexo Desportivo

[Handwritten signature and notes in blue ink]



Transformação do Polidesportivo da Fonte Nova em 2 Campos de Pádel

Nos saneamentos, do total de 603.548,90 euros, a maior fatia foi canalizada para a remodelação do saneamento de Ventozelo (484.7842,95€), cabendo também aqui o prolongamento das redes de saneamento do Concelho, como o da Avenida Calouste Gulbenkian.



Av. Calouste Gulbenkian

No abastecimento de água foram gastos 291.866,65 euros, destinados essencialmente à remodelação da rede água e saneamento de Vilarinho dos Galegos, bem como no prolongamento das redes do concelho.



Remodelação da rede de água e saneamento de Vilarinho dos Galegos

Já na área da Cultura, o total de 190.939,40 euros foi canalizado na maioria para o projeto e construção do museu de Mogadouro com 93.720,45€, sendo o restante gasto na Rota do Românico, no projeto Mogadouro 360º e na Valorização e reabilitação do Castelo do Mogadouro.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

As funções económicas, ficam em segundo por ordem de grandeza, registando em termos globais um total de investimento de 4.016.390,38 euros, que corresponde a 26,05% do bolo geral, valor superior ao registado no ano de 2024 em 1.614.859,25 euros. Deste total, destacam-se os 2.043.022,11 euros gastos na rubrica “Indústria e Energia” onde as obras do Projeto e Construção do Matadouro Municipal absorvem a maior fatia com 1.996.321,5€, cabendo à

[Handwritten signature and notes in blue ink]

ampliação, remodelação e conservação da rede de iluminação pública do Concelho o restante valor.



Construção do Matadouro Municipal

Cabem ainda neste capítulo, os gastos com os “Transportes Rodoviários”, no total de 897.823,15 euros, onde se destaca para além dos arruamentos do concelho, a pavimentação do Caminho da Cerâmica ao Variz, a pavimentação da Av. Calouste Gulbenkian e rua de St^o. António e ainda a sinalização de vias de comunicação.



Pavimentação do caminho da cerâmica ao Variz

[Handwritten signatures]



Arruamentos no Concelho – Bemposta



Quintas das Quebradas

FUNÇÕES GERAIS

Em último, as Funções Gerais registaram um forte aumento de cerca de 100% em relação ao ano de 2024, mostrando assim um total no ano de 2025 de 2.137.396,98 euros o que representa 18,28% do total, sendo que, a Administração Geral absorveu a maior parte do valor. Neste agregado destacam-se os investimentos efetuados na beneficiação do património municipal como a beneficiação do armazém municipal, a beneficiação Estádio Municipal e a cobertura da entrada de EB1 e Jardim de Infância entre outras, com um total de 178.288,49 euros e com a aquisição de um autocarro no valor de 370.217,70 euros. Cabe também neste capítulo a aquisição de terrenos no total de 62.532,73 euros, dando como exemplo o do Medal para execução do projeto “Sabor Lake Resort”, o equipamento o equipamento básico no valor de 128.937,00€ de onde se destaca a aquisição de equipamento de topografia e o equipamento para o Parque Infantil do Bairro São João em Mogadouro, o equipamento administrativo no valor de 8.126,95€ destinado ao necessário e bom funcionamento dos serviços.

[Handwritten signatures and notes in blue ink]

Estão também aqui inseridos os gastos com a requalificação das ex-Escolas Primárias do concelho, onde este ano, foram investidos 633.045,60 euros.



Brunhoso



Tó



Variz



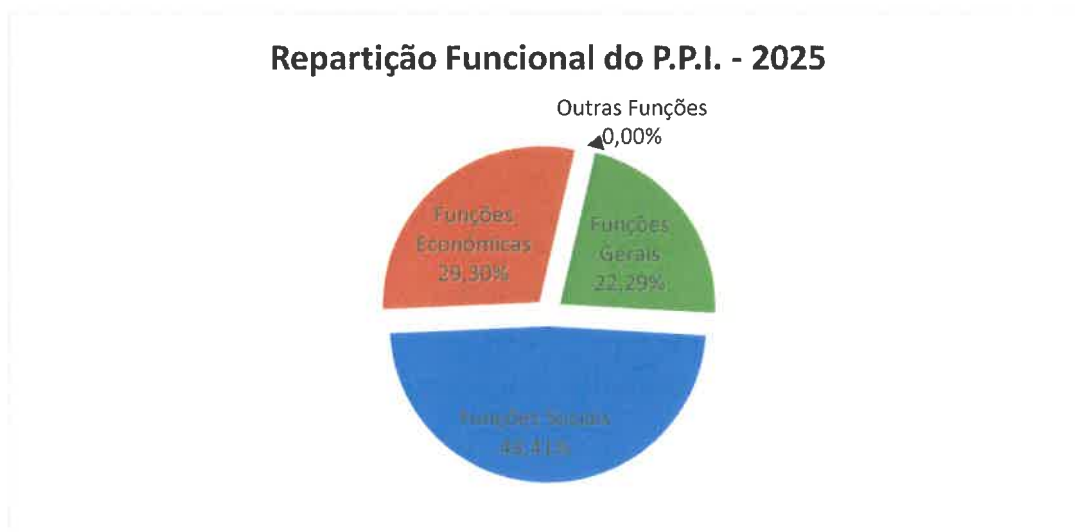
Sanhoane

Para concluir este capítulo, há ainda a registar o valor gasto nas obras de beneficiação do edifício dos Paços do Concelho, designadamente na obra de requalificação da ex-escola primária de Castro Vicente para transformação em Serviço de Apoio Domiciliário no valor de 246.483,83€ e a aquisição do edifício da DRAP pelo valor de 148.500,00 euros.



SAD de Castro Vicente

Assim o Plano Plurianual de Investimentos e relativamente à classificação funcional, ficou distribuído da seguinte forma:



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

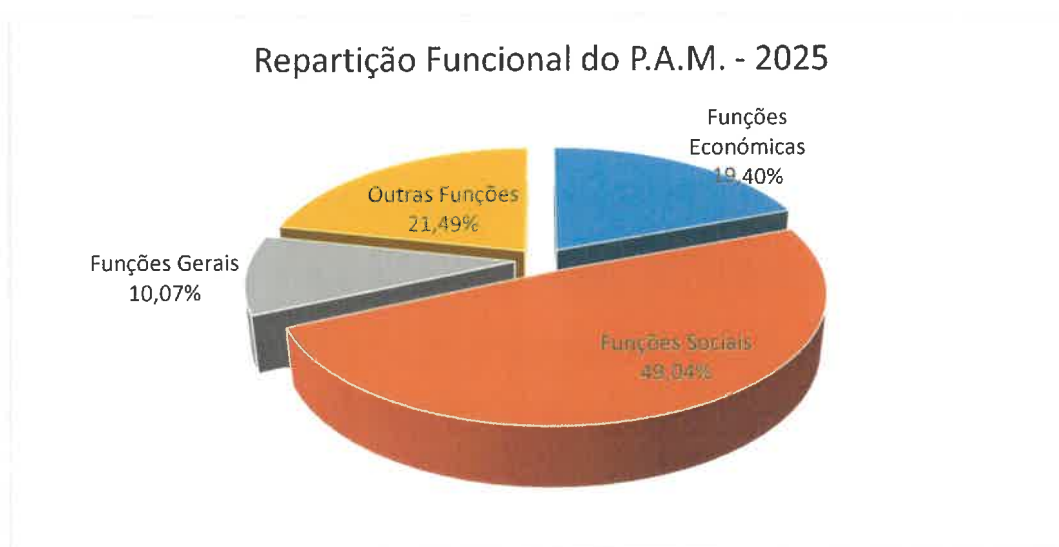
1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal

A dotação da despesa prevista em **Plano de Atividades Municipais – PAM** (dotação inicial), ascendia a **6.202.924,00€**, correspondendo à soma dos montantes afetos aos Planos de Atividades de cada área do Município.

Ao longo do ano, os mesmos sofreram reforços e anulações de dotações, por forma a acompanhar a execução das atividades planeadas, e outras que, entretanto, surgiram.

As referidas modificações foram feitas ao abrigo das alterações orçamentais elaboradas e aprovadas nos termos legais, do que resultou que, a dotação corrigida do **PAM**, não sofreu qualquer alteração, atingindo no fim, uma taxa de execução de 81,60% e que corresponde ao valor de 5.061.786,25€, significando que o Município aumentou, a execução das atividades mais relevantes em 610.955,74 euros, comparativamente ao ano anterior.

O gráfico seguinte, mostra a execução da despesa do **PAM** por classificação funcional ao longo do ano de 2025.





Ao nível das Funções Globais da Autarquia e à semelhança do que aconteceu no P.P.I., foi também o grupo das “**Funções Sociais**”, a que revelou ter mais expressão em 2025, com um total de 2.482.224,99€ e uma taxa de execução de 81,46%. Deste grupo fazem parte a Educação, a Saúde, a Segurança e ação sociais, a Habitação e serviços coletivos e a Cultura, refletindo um crescimento de 360.128,99€ em relação a 2024.

Neste conjunto destacam-se a Habitação e serviços coletivos, onde se inserem os “resíduos sólidos” relativos á limpeza e recolha de lixo, que por si só totalizam 968.517,61€ e correspondem a 39,02% deste agregado, a “Ação Social” com 341.965,66€, destinados na sua maioria ao pagamento de acordos de cooperação com IPSS no valor de 124.650,09€, e ainda ao apoio à natalidade e compra de medicamentos no valor de 40.027,37€ e 14.384,56€ respetivamente bem como os 88.875,01€ gastos com apoios a famílias carenciadas, designadamente na melhoria e recuperação de habitações e os 30.150,75€, gastos no Espaço Mais.

Para os “Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos” foram canalizados 910.733,31€, desagregados pelos setores da “Cultura” 471.686,75 euros, cujo destaque vai para os subsídios atribuídos às Associações no valor de 391.320,60€, pelo “Desporto, Recreio e Lazer” com 399.418,52 euros de onde se destacam as animações de Verão como o Red Burros, o festival de Terra Transmontana e o festival Mogadouro em Movimento e pelas “Outras atividades cívicas e religiosas com um total de 39.628,04 euros.

Na “Educação” foram gastos 216.558,44 euros, merecendo aqui destaque o apoio à 1ª infância e atividades de tempos livres, para onde foram canalizados



169.675,75 euros e apoio na aquisição de fichas e livros escolares no valor de 29.061,68 euros.

Em segundo lugar surge o grupo das “**Outras funções**” com o total de 1.087.791,50 euros e que coincide com a rúbrica de “Transferências entre Administrações”, onde se inserem as transferências efetuadas às Juntas de Freguesia do Concelho, com pagamentos de 700.857,92 euros, conforme mapa que se segue e que contempla 62.931,29 euros, extra plano.

<i>Transferências para as Juntas de Freguesia</i>			
<i>Entidades</i>	<i>Transferências</i>		
<i>Freguesias</i>	<i>Correntes</i>	<i>Capital</i>	<i>Total</i>
<i>Azinhoso</i>	<i>23 375,37</i>	<i>22 950,00</i>	<i>46 325,37</i>
<i>Bemposta</i>	<i>41 698,24</i>	<i>17 000,00</i>	<i>58 698,24</i>
<i>Bruçó</i>	<i>9 407,12</i>	<i>5 550,15</i>	<i>14 957,27</i>
<i>Brunhoso</i>	<i>13 520,77</i>		<i>13 520,77</i>
<i>Castelo Branco</i>	<i>31 368,28</i>		<i>31 368,28</i>
<i>Castro Vicente</i>	<i>28 655,38</i>	<i>15 000,00</i>	<i>43 655,38</i>
<i>Meirinhos</i>	<i>17 457,39</i>	<i>10 406,69</i>	<i>27 864,08</i>
<i>Paradela</i>	<i>13 704,12</i>	<i>65 195,00</i>	<i>78 899,12</i>
<i>Penas Roias</i>	<i>24 576,59</i>	<i>15 895,00</i>	<i>40 471,59</i>
<i>Peredo de Bemposta</i>	<i>15 475,60</i>		<i>15 475,60</i>
<i>Saldanha</i>	<i>17 820,84</i>	<i>10 511,10</i>	<i>28 331,94</i>
<i>São Martinho do Peso</i>	<i>30 854,65</i>		<i>30 854,65</i>
<i>Tó</i>	<i>16 797,73</i>	<i>2 856,00</i>	<i>19 653,73</i>
<i>Travanca</i>	<i>14 084,17</i>		<i>14 084,17</i>
<i>Urrós</i>	<i>51 468,51</i>	<i>23 126,69</i>	<i>74 595,20</i>
<i>Vale da Madre</i>	<i>8 866,78</i>		<i>8 866,78</i>
<i>Vila de Ala</i>	<i>25 753,46</i>		<i>25 753,46</i>
<i>U.F. de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane</i>	<i>21 333,65</i>		<i>21 333,65</i>
<i>U.F. de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei</i>	<i>39 132,36</i>		<i>39 132,36</i>
<i>U.F. de Remondes e Soutelo</i>	<i>28 268,93</i>		<i>28 268,93</i>
<i>U.F. de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo</i>	<i>28 747,35</i>	<i>10 000,00</i>	<i>38 747,35</i>
<i>Ministério das Finanças</i>	<i>14 256,95</i>		<i>14 256,95</i>
TOTAIS	516 624,24	198 490,63	715 114,87

De referir o valor de 14.256,95 euros atribuído às Freguesias, transferido diretamente pela Autoridade Tributária ao abrigo da alínea a) do nº.1 do artigo



23º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, inerentes a 1% da receita de IMI sobre os prédios rústicos, e ainda o valor de 1.631,29 euros relativo às eleições legislativas e recenseamento eleitoral.

As “**Funções Económicas**”, com 982.003,99€ surgem em terceiro lugar do total gasto (19,40%) e com uma taxa de execução de 90,41%. Deste volume, destacam-se os pagamentos no montante de 497.165,57€ para o “Comércio e Turismo”, cuja repartição foi feita pelo planeamento, promoção e divulgação turística (120.777,58€), a Feira Franca dos Produtos da Terra/Amendoeiras em Flor (66.106,51€) e principalmente pela Feira dos Gorazes (225.683,68€), mas também o concurso de bovinos entre muitos outros de valor inferior.

Para o grupo “Indústria e Energia” foram canalizados 307.237,48€, destinados ao apoio à criação de emprego.

Com crescimento em relação ao ano anterior, foi o valor destinado ao agregado “Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca” com um total de 177.600,94€, cujos valores foram repartidos pelo apoio à vacinação animal e ao apoio no plantio de árvores e trabalhos preparatórios.

As “**Funções Gerais**” embora com um aumento de cerca de 30.000 euros, surgem mais uma vez em último lugar com um total de 509.765,77, o que representa 10,07% do total do Plano das Atividades Municipais.

O valor deste grupo que teve uma taxa de execução de 98,64%, excepcionando os valores gastos com as geminações de Ploumagoar e Grosly, num total de 739,94€, todo o restante foi transferido aos Bombeiros Voluntários de Mogadouro, para pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente num total de 156.770,53 euros e ainda dos

protocolos celebrados com aquela instituição no valor de 352.255,30 euros, com especial destaque para o transporte de doentes no valor de 256.255,30 euros.

IV. Linhas de Intervenção

1. Educação e Cultura

A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) é um “organismo vivo”, um espaço de lazer, de cultura e para a cultura, e, deste modo, através do seu Serviço de Extensão Cultural, promoveu, para os seus diferentes públicos, atividades culturais de diferentes tipologias.

Neste sentido, realizaram-se, na Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC), no **ano de 2025**, diversas e variadas atividades:



Horas do Conto e Leituras Seniores; Ateliês de Expressão Plástica; Ateliês de Culinária; Mostras Bibliográficas; Várias Formações, Apresentações de Livros



e Encontros com Escritores, visitas Guiadas, Concursos de leitura, Feira do Livro, Espetáculos diversos, Horas do DVD, Cinema para Seniores - CINEMEMÓRIA, entre outras atividades.

A referida Instituição concretizou, então, presencialmente e online, no total, **116** (cento e dezasseis) atividades.

No ano em análise, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTTC) esteve aberta ao público **245** (duzentos e quarenta e cinco) dias e foi visitada por 4.609 (quatro mil, seiscentos e nove) Utilizadores/as/Leitores/as, o que significa que a referida Instituição, em média, por dia, foi visitada por cerca de vinte pessoas.

Realizou **1.754** (mil setecentos e cinquenta e quatro) pedidos de empréstimo domiciliário.

Inscreveram-se, como Utilizadores, **56** (cinquenta e seis) novas pessoas. Usufruíram, ao longo do ano em análise, dos Serviços TIC da Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTTC), 136 (cento e trinta e seis) pessoas.

Adquiriu, ainda, diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de **4.316,27 €** (quatro mil, trezentos e dezasseis euros e vinte e sete cêntimos).

Pretende-se, então, desta forma, criar uma Biblioteca do e para o séc. XXI, ativa na sua comunidade (concelho de Mogadouro) e pró-ativa no desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, exigente, consciente, interessada e, acima de tudo, mais informada.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Ainda nesta área, no Centro de Interpretação do Mundo Rural, a atividade foi constante ao longo do ano, onde destacam:

1. Exposição “Memórias do Mundo Rural” com uma participação de 2.582 visitantes durante o período de Janeiro a dezembro;
- Visitas guiadas ao Centro de Interpretação com 3.954 visitantes;





Visitas guiadas ao Moinho com 476 visitantes;

- Visitas ao ciclo do pão com 2.027 visitantes;
- Jogo de tabuleiro Mogapólio com 64 participantes;
- Construção e decoração de

brinquedo, carro com garrafas e tampas com 50 participantes.

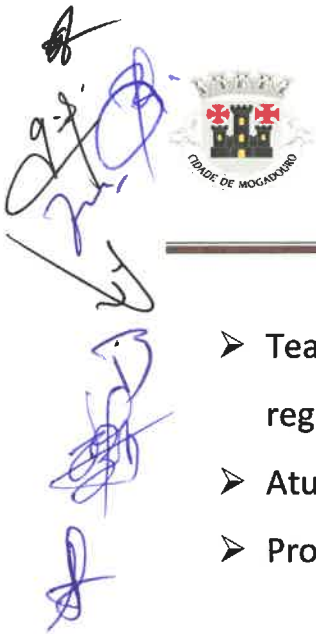
- Bingo dos números com 54 visitantes/participantes e construção e jogo do Bingo de imagens Fauna e Flora;
- Ciência divertida com a construção de telefone com copos e fios, onde participaram 21 crianças;
- Exposição "Cortiça: origem, extração, utilidades e sustentabilidade"
- Procedeu-se ao registo e inventário de 52 peças relativas às exposições da cortiça e do linho;
- Apresentação do vídeo conhecer Mogadouro com 237 participantes;
- Exposição e entrega de prémios do concurso de Natal postal ilustrado com 124 e 29 participantes respetivamente;
- Promoção do dia cultural com 137 participantes/visitantes;



- Inauguração da exposição “O Zé Povinho e as elites” com 86 visitantes e 646 visitas guiadas;
- Exposição “O ciclo do linho” que registou 456 visitantes;
- Exposição “Cogumelos silvestres”, com 157 visitantes;



- Exposição “Arribas de Emoção” com 1.371 visitantes;
- Exposição “O Lince e o Lobo Ibérico” com 751 visitantes;
- Observarribas com o número aproximado de 885 visitantes;
- Férias na Escola/Férias em movimento na Páscoa e Natal com 66 e 52 participantes respetivamente;
- Férias em movimento Mogadouro e Bemposta com 152 participantes;
- Apresentação do vídeo 4D com 508 visitantes;
- Construção de flor em barro com íman com 24 participantes;
- Apresentação dos livros “Quotidiano de minudências”, “Histórias para lá da História” com 74 e 84 participantes;



- Teatro infantil “A mirabolante história do Condado Portucalense” com o registo de 114 participantes
- Atuação da Tuna com lanche convívio onde participaram 137 pessoas;
- Produção de massa de modelar;

Sessões no Auditório:

- 40 dos 114 grupos distintos, participaram em palestras e ou formações.

Na **Casa da Cultura**, realizaram-se no auditório diversas atividades como palestras, congressos, assembleias gerais, sessões de esclarecimento e concertos entre outras, desenvolvidas não só pelo Município mas também pelas várias entidades que solicitaram cedência das instalações.

No que diz respeito ao cinema, foram realizadas 70 sessões, tendo-se registado a presença de 1.483 espetadores, tendo o custo de 18.622,20 euros.

Na área da **música** foram desenvolvidas várias atividades ao longo do ano como:

- A contratação de professores de bateria e acordeão;
- Promovemos o XVI Encontro de Cantar dos Reis;
- Além das aulas de bateria e acordeão, proporcionamos também aulas de gaitas de foles e ukulele;
- Promovemos vários encontros em diversas instituições, como Unidade de Cuidados Continuados, Lares e Centros de Dia, Jardins de Infância, Espaço Mais, Universidade Sénior, entre outras;



• Promoveu-se ainda a vários concertos musicais, como nas amendoeiras em flor nos Gorazes e no dia de elevação de Mogadouro a cidade, onde centenas de pessoas marcaram presença.

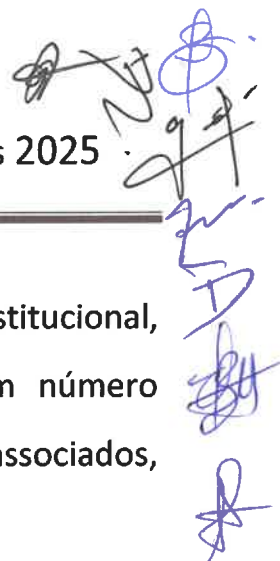
Na área da **educação**, entre as muitas atividades levadas a cabo durante o ano em apreciação, destacam-se aqui, as que resultam em poupança efetiva para as famílias:

- Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular, em articulação com as associações de pais e agrupamentos de escolas;
- Foram registados 23 novos pedidos e dado continuidade a 12 que vinham do ano anterior, para atribuição de bolsas de estudo, tendo até ao final do ano sido pago o valor de 9.881,01 euros;
- Candidataram-se 134 famílias ao apoio à 1.ª infância e atividades de tempos livres, programa em que o Município suporta a totalidade dos custos com creches, amas sociais, ensino pré-escolar e ATL, para onde foram canalizados 169.675,75 euros;



- Foram concedidos os prémios de excelência para os melhores alunos no valor total de 7.940 euros;
- Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares e equipamentos escolares;
- Atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário;
- Oferta dos livros das AEC's a todos os alunos do 1º ciclo que são 184 alunos;
- Reembolso do valor das fichas de trabalho e/ou de Apoio que complementam os manuais escolares, a todos os alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas, num total de 518. Este apoio foi requerido e deferido a 417 alunos e teve um custo de 29.061,68 euros.
- Cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares, a todos os graus de Ensino de Mogadouro;
- Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;
- Apoio ao Inglês "Speak English in Mogadouro"

O conjunto das atividades desenvolvidas pela **Universidade Sénior e CLDS 5G**, permitiu abranger diferentes públicos-alvo, nomeadamente população sénior, pessoas em situação de vulnerabilidade e desempregados, promovendo respostas nas áreas da inclusão social, envelhecimento ativo, capacitação e dinamização sociocultural. Destaca-se



a realização de algumas atividades em regime de parceria institucional, bom como a otimização dos recursos, verificando-se um número significativo de iniciativas concretizadas sem custos diretos associados, dos quais se destacam:



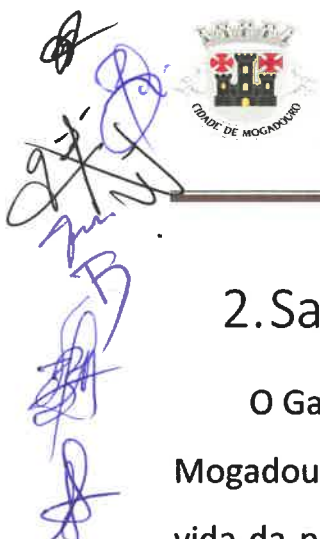
➤ Visita de estudo a Mangualde e Viseu e ainda a Miranda do Douro no âmbito da disciplina de Línguas e Literaturas;

➤ Sessão de esclarecimento sobre a diabetes;

➤ Atuação da Tuna no Lar da Santa Casa da

Misericórdia de Mogadouro;

- Participação na sessão de contos “Contos e palavras para pensar”
- Várias palestras na Universidade Sénior com os temas de entre outros: “Problemas ósseos na idade Sénior”, “Os Cogumelos em Trás-os-Montes”, “Demências e doenças de Alzheimer” e “Os mitos na alimentação”;
- Realização da ação Start Up 5G, com foco no apoio a pessoas desempregadas, desenvolvida em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional e o Instituto de Emprego e Formação Profissional



2. Saúde e Qualidade de Vida

O Gabinete de Apoio à Saúde e Bem-Estar / Espaço MAIS do Município de Mogadouro tem como missão promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população. Desenvolve projetos de promoção da saúde, literacia em saúde e autocuidado, atuando em articulação com instituições locais e nacionais. No Espaço MAIS, promove a autonomia, funcionalidade e inclusão dos utentes, bem como o apoio a famílias e cuidadores.

Prestação de Cuidados e Formação

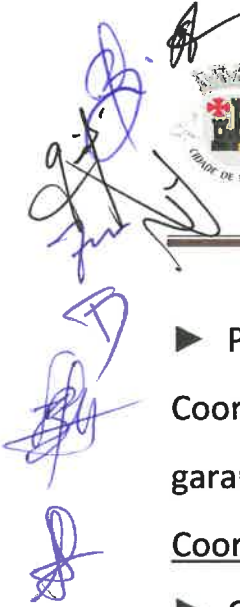

- ▶ Fisioterapia – Realização de cuidados de fisioterapia a 15 utentes do Espaço MAIS e 7 alunos com necessidades educativas especiais do Agrupamento de Escolas de Mogadouro, promovendo inclusão, autonomia e melhoria da qualidade de vida.
- ▶ Formação em Contexto de Trabalho – Acolhimento e orientação de 9 alunos do Agrupamento de Escolas de Mogadouro (5 do CAA e 4 do ensino profissional, cursos de Técnico Auxiliar de Saúde e Técnico de Multimédia) no Espaço MAIS.
- ▶ Sensibilização para Higiene Oral – Organização e promoção de ação educativa para 15 utentes, em colaboração com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Mogadouro, reforçando a importância da higiene oral e técnicas corretas de escovagem dentária.

Promoção e Prevenção da Saúde na Comunidade

- ▶ Dia Mundial do Cancro – Realização do cordão humano “Unidos por Cada Um”, em parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, promovendo sensibilização e solidariedade. Participantes: 297 pessoas.



- ▶ Dia Mundial do Coração – Sensibilização para prevenção das doenças cardiovasculares, com iluminação a vermelho do edifício do Tribunal, em parceria com a Fundação Portuguesa de Cardiologia.
- ▶ 1.ª Edição EXPO SAÚDE & BEM-ESTAR – Realização de rastreios, ações de esclarecimento e demonstrações de atividades desportivas e artísticas, promovendo saúde, bem-estar e literacia em saúde.
- ▶ Setembro Dourado – Cancro Infantil – Colocação de laços dourados e entrega de folhetos nas pré-escolas de Mogadouro e Bemposta, promovendo consciencialização e solidariedade, em parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro e a Associação Portuguesa Contra a Leucemia.
- ▶ Outubro Rosa – Cancro da Mama – Distribuição de laços cor-de-rosa e folhetos informativos, em parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, promovendo prevenção e deteção precoce.
- ▶ Dia Mundial do Cancro do Pâncreas – Iluminação do Tribunal a roxo e campanha de sensibilização sobre prevenção e deteção precoce da doença.

- 
- 
-
- ▶ Programa Municipal de Desfibrilhador Automático Externo (PMDAE) – Coordenação do programa, gestão e controlo semanal de 5 equipamentos, garantindo funcionamento adequado e manutenção.

Coordenação no Espaço MAIS

- ▶ Coordenação de Atividades – Supervisão e organização das atividades cognitivas, de interação, animação, físicas e “Aprender a Fazer”, garantindo realização conforme planeado e promovendo melhorias contínuas para inclusão social.

- ▶ Projeto Eco-Mobilidade Inclusiva em Mogadouro – Submissão e aprovação da candidatura n.º 18126, financiada 100% pelo PRR (Aviso RE-C03-i02 – Acessibilidades 360º), incluindo previsão de aquisição de veículos elétricos para apoio à mobilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada.

Protocolos de Colaboração Mantidos

- ▶ Projeto “Integr’ Arte MAIS” – Protocolo entre Espaço MAIS / Cursos de Técnico Auxiliar de Saúde e Técnico de Multimédia, Câmara Municipal de Mogadouro e Escola Básica e Secundária de Mogadouro.

- ▶ Projeto IntegrArte MAIS – Clube de Leitura – Realização de sessão do clube de leitura no Espaço MAIS, em parceria com a Biblioteca Escolar e o Agrupamento de Escolas de Mogadouro, promovendo inclusão e partilha através da leitura.

- ▶ Formação em Contexto de Trabalho – Continuidade do protocolo dos cursos profissionais de Técnico Auxiliar de Saúde e Técnico de Multimédia, entre Espaço MAIS e Escola Básica e Secundária de Mogadouro.



- ▶ Projeto “Mogadouro Apoia a Inclusão Social” – Manutenção do acordo de colaboração entre Espaço MAIS, Agrupamento de Escolas de Mogadouro, Centro de Saúde de Mogadouro (ULSN) e CPCJ.

Atividades Culturais e Comemorativas

- ▶ Dia Internacional da Mulher – Comemoração com momento religioso e iniciativa simbólica, reconhecendo o papel da mulher na sociedade e na vida de pessoas com necessidades especiais. Participantes: 50 pessoas
- ▶ Prevenção dos Maus-Tratos – Mês de Abril – Atividade de sensibilização sobre proteção infantil, incluindo elaboração de laço azul.
- ▶ Jubileu da Pessoa com Deficiência – Celebração penitencial, eucaristia e apresentação do hino do grupo, promovendo talento, partilha e inclusão.
- ▶ Dia Universal dos Direitos da Criança – Comemoração através do “Estendal dos Direitos”, em colaboração com a CPCJ.
- ▶ Dia Internacional da Pessoa com Deficiência – Semana de atividades diversificadas, promovendo interação entre utentes do Espaço MAIS, alunos do CAA e comunidade escolar. Participação no 6.º Torneio de Atletismo Adaptado em Bragança.

Atividades Culturais e Comunitárias

- ▶ XVI Encontro de Cantares dos Reis – Participação de 27 utentes e familiares na Casa da Cultura J. Rentes de Carvalho.
- ▶ Desfiles de Carnaval – Participação de 13 utentes no Agrupamento de Escolas e 14 utentes no Município de Mogadouro.
- ▶ Teatro Inclusivo na Expo Saúde & Bem-Estar – Apresentação promovendo inclusão, empatia e participação comunitária.



- ▶ Jogos Tradicionais – EPVARA Mogadouro – Participação promovendo inclusão, convívio, motricidade, cognição e socialização.
- ▶ IV Campeonato de Jogos Tradicionais das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) – Participação de 10 atletas, em Miranda do Douro, evento inclusivo com jogos adaptados.
- ▶ Festas Populares em Família – Espaço MAIS – Realização da atividade nas instalações da instituição, promovendo partilha, convívio e alegria com os utentes e suas famílias.
- ▶ Visita a Empresas da Cidade de Mogadouro – Realização de visitas a empresas locais, promovendo conhecimento das instalações, funcionamento e produção.
- ▶ Piquenique no Espelho d'Água – Realização de piquenique, promovendo convívio, partilha e contacto com a natureza.
- ▶ Canoagem Adaptada – Praia da Fraga da Pegada, Albufeira do Azibo – Sessão de canoagem adaptada, promovendo convívio, contacto com a natureza e prática de atividade física.
- ▶ Desfile Etnográfico – Festival Terra Transmontana – Participação no desfile com tema “As Vindimas da Nossa Terra”, envolvendo utentes e familiares.
- ▶ Dia de Lazer na Praia da Foz do Sabor – Realização de dia de convívio e lazer para 13 utentes, promovendo partilha, contacto com a natureza e espírito de grupo.
- ▶ Viagem ao Santuário de Fátima – Passeio e confraternização com 26 participantes (utentes e famílias).



- ▶ Viagem de Natal – Visita ao Mar Shopping e espetáculo “A Pequena Sereia”, com 11 utentes.
- ▶ Atividade “Aprender a Fazer” – Construção de caixas-ninho, no âmbito do CLDS, promovendo competências práticas, trabalho colaborativo e sensibilização ambiental, com 8 utentes.
- ▶ Durante o ano de 2025, procedeu-se a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 70 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo, o que acarretou um custo de 14.384,56 euros;
- ▶ Suportamos a despesa de 256.255,30 euros com deslocações efetuadas diariamente ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais para realização de consultas e exames, a pessoas que precisavam de cuidados médicos, com doenças do foro oncológico ou outras que não sofrendo desta patologia, aproveitaram a boleia da viatura que ainda tinha lugares disponíveis. Alguns munícipes realizaram várias deslocações no ano.
- ▶ Mantemos o protocolo de colaboração do Planalto Mirandês, no âmbito dos cuidados paliativos, para onde foram canalizados 19.000,00 euros;
- ▶ No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, mantêm-se em funcionamento, 58 aparelhos para idosos em situação de dependência/isolamento social, com um total gasto de 9.251,46 euros;
- ▶ Comemoração do dia Mundial da Criança;



3. Desporto

- Apoiámos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do Concelho;



- Realizámos o IX Torneio anual de Ténis com 25 participantes;



- Promovemos o BTT e XXI Trilhos das Amendoeiras em flor com um total de 300 atletas;
- Promovemos o encontro sénior do Concelho de Mogadouro com a participação de 280 pessoas;



- Promovemos o torneio dos jogos tradicionais em Mogadouro com cerca de 150 pessoas;



- Promovemos o encontro de Escolas de Natação com 100 participantes;



- O Torneio de Futsal inter freguesias que contou com a participação de 110 atletas;
- Promovemos a realização de várias designadamente de



Alfândega da Fé, de São Martinho, da Cascata da Faia e a caminhada solidária Rosa;

- Participamos no encontro nacional de Giro-Vólei na Guarda;

- Organização de Jogos Tradicionais - Jogo do burro
- A V corrida S. Silvestre que registou a participação de 300 atletas;





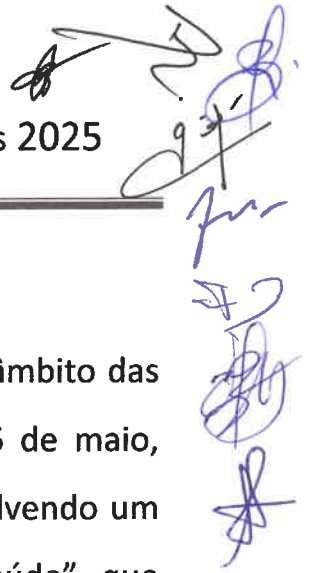
- Durante o ano de 2025, as piscinas cobertas registaram a entrada de 6.685 utentes as descobertas 31.173 e o Parque de Campismo 4.127.

4. Ação social

- Apoiámos 6 famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações, num total de 5.940,00 euros;
- Procedemos à melhoria de alojamento de sete famílias com dificuldades financeiras e ainda mais 3 através de protocolo celebrado com a empresa Movhera e a Associação Justa a Change, com reparações na sua habitação no valor total de 88.875,01 euros;
- Apoiámos financeiramente todas instituições de solidariedade social do concelho, que o solicitaram através da celebração de protocolos;
- Foram recebidos 29 novos pedidos de apoio à Natalidade, tendo sido atribuído até ao fim de 2025 o valor de 40.027,37 euros;
- Monitorizamos a reconstrução de 2 habitações, algumas delas já concluídas e com financiamento a 100%, através do programa 1º Direito -Estratégia Local de Habitação, tendo sido pago no ano em análise, o valor de 115.105,21 euros.

5. Segurança

- Apoiamos e o acompanhamos da Comissão Municipal de Proteção Civil;
- Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;
- Acompanhámos a C.P.C.J. na promoção dos direitos da criança.



SERVIÇOS MUNICIPAIS DE VETERINÁRIA

Os Serviços Municipais de Veterinária durante o ano de 2025, no âmbito das suas funções e de acordo com o Decreto de Lei nº 116/98 de 5 de maio, participaram em diversas atividades de interesse público, desenvolvendo um conjunto de ações dentro do conceito “One Health” – uma só saúde”, que engloba como um “Todo”, a saúde humana, animal e ambiental.

Áreas de Intervenção:

Organização e colaboração em concursos de animais de pecuária, feiras e chegadas de touros, matanças tradicionais do porco, e outros eventos promovidos pelo município e pelas juntas de freguesia, com elaboração de regulamentos, solicitação de licenças sanitárias à DGAV, emissão de guias de movimentação animal, sempre de acordo com a legislação em vigor:



❖ Concurso Concelhio de Bovinos da Raça Mirandesa e Chegadas de Touros, na freguesia de Tó, onde participaram cerca de 50 exemplares da raça, com almoço convívio para 450 pessoas;

❖ Chegadas de Touros de Raça Mirandesa, no decorrer das Festas de São Martinho em Tó, e com bastante adesão pela população;

- ❖ Concurso de Asininos da Raça Mirandesa, integrado na Feira do Burro, na freguesia do Azinhoso, em colaboração com Associação – AEPGA, premiando os melhores exemplares do concelho e almoço convívio para cerca de 200 pessoas;



- ❖ Tenda dos Animais de Pecuária em exposição durante a Feira dos Gorazes, com a participação de vários animais do nosso concelho, constituindo um ponto de ligação ao passado desta feira. De referir que 2025, foi o ano com maior número de visitas na tenda, tanto por crianças como adultos, e mesmo para os criadores presentes foi benéfico, pois é uma forma de demonstrar o seu trabalho e dedicação;



- ❖ Matança Tradicional do Porco na freguesia de Castro Vicente, no âmbito da Feira do Porco Bísaro, e também na freguesia de Tó, integrada na Feira de São Martinho;



Serviços no âmbito do Bem-estar e controlo da população animal, sensibilização dos mais jovens para o abandono e maus tratos, em colaboração com outras entidades e de acordo com a legislação em vigor:





- ❖ Neste âmbito, e no decorrer da Campanha de Vacinação Antirrábica e Identificação Eletrónica anual, executando o previsto na Portaria nº 264/2013 de 16 de agosto, com locais definidos por Edital, em todas as freguesias do concelho, foram vacinados 221 canídeos e identificados eletronicamente 140 animais jovens.
- ❖ Esta volta pelas localidades do concelho constitui, para além do ato de vacinação, um meio para observar a saúde de muitos animais cujos detentores não dispõem de meios de transporte adequados, principalmente animais de grande porte, assim como identificação precoce de sintomas compatíveis com doenças de potencial zoonótico e impacto na Saúde Pública. Inclusive, é nestes dias que muitos criadores aproveitam para tirar dúvidas e pedir conselhos, principalmente sobre animais de pecuária e de tração, e também conversar um pouco, demonstrando a ligação social e proximidade entre o Médico Veterinário do meio rural e a população.
- ❖ Também ao longo do ano, foram efetuados vários serviços no Canil de Recolha Oficial intermunicipal, sempre com o intuito de proteger a saúde dos nossos animais e, assim, proteger também a nossa saúde. Neste sentido, foram capturados 34 animais de companhia errantes, cuja origem nunca foi possível apurar, encontrando-se alguns deles em péssimas condições físicas e traumáticas. Desses canídeos, 7 foram

Handwritten signature and scribbles in blue ink.



restituídos aos detentores, principalmente cães de caça perdidos durante o ato venatório com identificação eletrónica, e 22 foram adotados. Das adoções efetuadas, muitos dos animais ficaram nosso concelho, mas outros foram para outras localidades do distrito de Bragança, e também para Guimarães e Aveiro, demonstrando aumento da sensibilidade pela população.

- ❖ Realizou-se também a III Campanha de adoção de Canídeos, durante a Feira dos Gorazes, com balanço positivo, registando-se 3 adoções, inclusive uma para Guimarães, e forte adesão principalmente pelas crianças que visitaram a Tenda dos Animais.

 MUNICIPIO DE MOGADOURO – 2025 Serviços efetuados no âmbito do Bem-estar animal e Profilaxia de doenças zoonóticas obrigatórias				
		Nº canídeos	Nº felídeos	TOTAL
Serviço efetuado no Canil de Recolha Oficial - CRO 	Foram recolhidos	30	4	34
	Foram Adotados	18	4	22
	Restituídos ao dono	7	-	7
	Eutanásias	-	-	-
	Esterilizações	12	4	16
	Vacinação antirrábica	19	-	19
	Identificação eletrónica	15	4	19
Campanha oficial pelas freguesias do concelho e no GMV	Vacinação antirrábica	221	-	221
	Identificação eletrónica	140	-	140
Campanha de Apoio à Esterilização de Animais de Companhia promovida pelo Município 		58	44	102



❖ De modo a combater também o abandono, o controlo da população animal, evitar patologias reprodutivas e apoiar financeiramente os munícipes residentes no nosso concelho, realizou-

se uma Campanha de Apoio à Esterilização de Animais de Companhia, com muita satisfação e adesão pelos munícipes. A Campanha iniciou a 1 de abril de 2025, disponibilizando o Município de Mogadouro uma verba total de 10 588 euros, posteriormente sujeita a candidatura no âmbito do bem-estar da DGAV com reembolso de parte do valor, tendo sido realizadas 102 esterilizações em clínicas médico veterinárias aderentes e sob normas específicas.

- ❖ Colaboração com Autoridades Policiais na identificação de animais, situações de maus tratos ou negligência, e abandono, e com Autoridade de Saúde Pública e Divisão de Urbanismo, em situações de insalubridade e irregularidades.

Serviços e colaboração com Autoridade de Saúde, no âmbito da Segurança Alimentar, verificação das normas de higiene em locais de venda ou confeção excecional de produtos de origem animal:

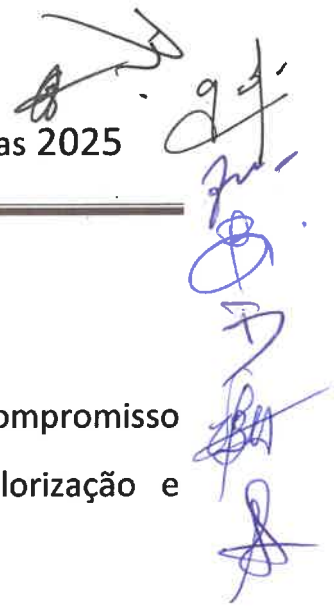
- ❖ Controlo higio-sanitário nos estabelecimentos de venda a retalho de carne (Talhos), no âmbito do Programa Pace da DGAV - Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos, em visita conjunta com o Técnico da Saúde Ambiental do concelho;



- ❖ Verificação das normas de higiene alimentar nas “Tasquinhas” do Festival Transmontano, locais onde confeccionam alimentos com produtos de origem animal;
- ❖ Verificação das condições locais de higiene dos produtos de origem animal nas feiras quinzenais realizadas no pavilhão (charcutaria, queijo, peixe do rio, mel).

Outras intervenções e atividades:

- ❖ Apoio e aconselhamento médico-veterinário aos detentores de animais de pecuária do concelho de Mogadouro;
- ❖ Controlo da “Lagarta do Pinheiro” (Processionária) no recinto do parque de exposições e feiras, evitando reações alérgicas graves em humanos e animais;
- ❖ Atualização de conhecimentos e novas técnicas com a presença em várias formações - “Perícias a Produtos Cárneos, na Sede da OMV do centro em Coimbra; “Controlo oficial - Comércio a retalho de carne” da DGAV; “Acumulação de Animais em Portugal”, um problema social e progressivo, promovida pela OMV; “IV Fórum de Medicina e Gestão de Abrigos” na EUVG em Coimbra;
- ❖ Participação em feiras e concursos de bovinos e ovinos nos concelhos vizinhos como Vimioso, Miranda do Douro e Torre de Moncorvo, assim como colaboração com os colegas dos Municípios vizinhos.



6. Património Cultural

Os trabalhos executados durante o ano de 2025, refletem o compromisso estratégico do Município de Mogadouro na salvaguarda, valorização e promoção do seu vasto legado cultural, arqueológico e edificado.

Através de uma gestão que alia a conservação rigorosa à modernização tecnológica e à integração em redes regionais e nacionais, as ações aqui descritas demonstram o esforço contínuo na execução financeira de projetos estruturantes, na manutenção direta de monumentos e no apoio à preservação do património religioso, consolidando o território como uma referência de identidade e atratividade cultural no Norte de Portugal.

No âmbito do projeto Mogadouro 360º, foram desenvolvidas diversas ações preparatórias e atos administrativos destinados à materialização do projeto expositivo municipal, destacando-se o estudo de coleções, a digitalização de peças e a conservação e restauro de bens móveis. Um marco



Mogadouro 360º - Restauro da Imagem da Nossa Senhora da Piedade da Igreja da Misericórdia de Mogadouro - Antes e Depois.

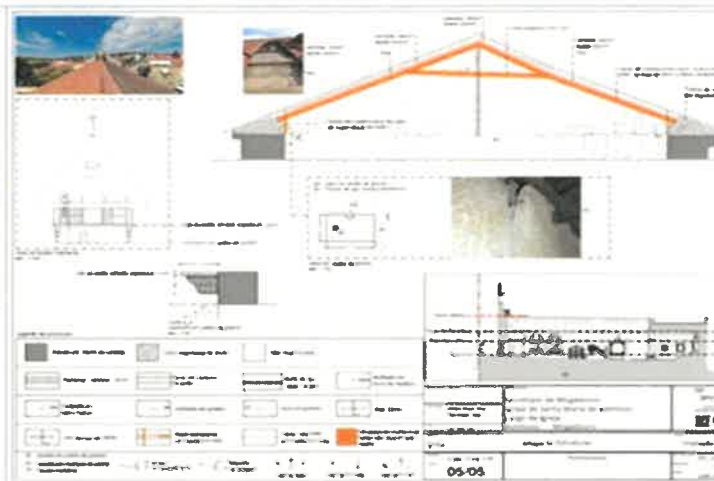
fundamental deste processo foi o reconhecimento do Museu de Mogadouro como “Museu de Território” pela

CCDR NORTE, integrando-o na Rede Regional de Museus de Território no contexto do Plano de Ação para a Cultura NORTE 2030.

Subjacente a esta dinâmica, o setor do Património Histórico tem executado de forma sistemática a classificação, registo e limpeza do espólio arqueológico, documental e etnológico da Sala Museu, assegurando a sua introdução na nova Plataforma Digital do Museu de Mogadouro. No que respeita à salvaguarda patrimonial, procedeu-se à execução da réplica da imagem pétreo da Nossa Senhora da Piedade, instalada na fachada da Igreja da Misericórdia para permitir o restauro da escultura original. Complementarmente, o projeto expositivo definiu a estética e iluminação para a valorização das coleções, a par da recolha de elementos performativos dos rituais da Quaresma e Semana Santa. Estas intervenções, apoiadas por novas soluções de inventário e digitalização 3D, representam um investimento executado de 47.957,80€ (valor sem IVA).



Rotas do Norte – Rota do Românico – “Reabilitação e Criação de Acessibilidades da Igreja de Santa Maria de Azinhoso”



Simultaneamente, no quadro do programa NORTE 2030, o Município impulsionou a sua estratégia através das Iniciativas Âncora Regionais ("Rotas do Norte"). Na Rota do Românico, a reabilitação da Igreja de Santa Maria de Azinhoso (orçada em 74.000,00€) apresenta uma execução de 19%. Na Rota dos

Castelos e Fortalezas, a valorização do Castelo de Mogadouro revela um estado avançado com 60% do investimento de 49.995,00€ executado. Este projeto de valorização, e a sua ligação umbilical ao Museu de Mogadouro — onde o Castelo assume o papel de "peça principal" — foi apresentado com destaque no I Encontro Nacional da Rota dos Templários Portugal, realizado em Tomar em novembro de 2025. Já a Rota dos Conventos e Mosteiros, que contempla a recuperação do Convento de S. Francisco (investimento de 55.000,00€), encontra-se em fase de arranque com 0% de execução física, tendo já garantido o respetivo Selo de reconhecimento.

No âmbito da Valorização e Manutenção do Património Cultural sob a Responsabilidade do Município, foram executadas ações de corte de vegetação e controlo de infestantes com a aplicação de produtos fitofarmacêuticos nas



Valorização e Manutenção do Património Cultural: Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos e Castelo de Penas Roias



estruturas arqueológicas do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos (2.460,00€) e nos muros do

Castelo de Penas Roias (1.930,00€). Estas intervenções de manutenção corrente são cruciais para a prevenção da degradação biológica das estruturas pétreas, evitando que o crescimento de raízes e a acumulação de detritos



comprometam a estabilidade dos vestígios arqueológicos e a legibilidade das fortificações.

Relativamente à Aquisição de Bens e Equipamentos, o setor foi reforçado com novos recursos técnicos essenciais à operacionalidade e dignificação do património, nomeadamente a aquisição de um mastro para o topo da Torre de Menagem do Castelo de Mogadouro (1.000,00€), um medidor de distâncias laser com tripé (414,47€) e um drone para apoio à monitorização do património histórico-arqueológico (1.048,62€).

A par destes projetos, o setor do Património Histórico emitiu parecer sobre seis pedidos de apoio financeiro para manutenção e conservação de igrejas no concelho, tendo sido deferidos quatro pedidos. O valor total atribuído a estes apoios foi de 101.793,24€, registando-se um valor executado de 72.377,59€, montante que inclui uma verba de 15.000,00€ relativa a um pedido de 2024. A monitorização rigorosa dos fluxos de visita é um indicador essencial para aferir o impacto social e turístico destes investimentos, permitindo identificar padrões de sazonalidade e a eficácia do acolhimento presencial. Estes dados não só validam a relevância cultural de cada espaço, como orientam futuras estratégias de dinamização e alocação de recursos humanos, garantindo que o património recuperado se converta num ativo vivo e acessível à comunidade e aos visitantes.

Síntese Estatística de Visitas 2025:

- Igreja de S. Francisco: 290 visitantes (199 nacionais / 91 estrangeiros).
- Sala Museu de Arqueologia: 1.262 visitantes (995 nacionais / 267 estrangeiros).



O balanço de 2025 reafirma Mogadouro como um território que alia a gestão técnica rigorosa do seu espólio à projeção nas redes culturais nacionais. Em suma, o exercício de 2025 reflete uma estratégia consolidada de valorização patrimonial, onde a recuperação física de monumentos e o apoio às instituições locais foram potenciados por uma forte modernização tecnológica e integração em redes de prestígio. Os resultados positivos na monitorização de visitantes e o sucesso nas candidaturas regionais validam o investimento realizado, posicionando o setor como um motor essencial para a afirmação cultural e turística do concelho de Mogadouro.

O Município de Mogadouro contribuiu diretamente e indiretamente para a valorização e preservação de 10 bens imóveis culturais do concelho.

7. Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial

Nesta área de atuação, durante o ano findo:

- Atribuiu-se o valor total de 307.237,48 euros para apoio à criação de 39 novos postos de trabalho e ainda a manutenção de outros 90 apoiados anteriormente de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal. De referir que neste total, está incluído o valor de 131.167,48 euros, referentes ao pagamento da segurança social de 44 trabalhadores, que já cumprem pelo menos um ano e como tal já foi paga também a segunda tranche do apoio concedido. De referir que este valor aumentou em cerca de 100.000,00 euros em relação ao ano de 2024;



- Apoiamos 430 produtores pecuários nas despesas com o pagamento de 100% dos custos suportados por estes com a vacinação animal traduzido num custo de 160.987,65 euros;
- Apoiamos também o plantio de árvores e trabalhos preparatórios, no valor de 16.613,29 euros, pagos a 9 beneficiários.

Ainda nesta área e através do Gabinete de Inserção Profissional criado através de uma parceria entre a Câmara Municipal de Mogadouro e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Gabinete de Inserção Profissional procura, em estreita colaboração com o Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros e o Centro de Formação de Bragança, dar apoio a jovens e adultos desempregados, para a definição, desenvolvimento e acompanhamento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Os principais objetivos do GIP – Gabinete de Inserção Profissional são:

- Apoiar os utentes no processo de inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
- Divulgar oportunidades de emprego, formação e qualificação profissional;
- Apoiar as entidades do concelho no que respeita às necessidades de recrutamento.

Atividades desenvolvidas:

- Informação profissional destinada a jovens e adultos desempregados;
- Apoio à procura ativa de emprego;

- Acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional;
- Captação de ofertas junto de entidades empregadoras;
- Divulgação de ofertas de emprego e atividades de colocação;
- Encaminhamento para ofertas de qualificação;
- Divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo;
- Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- Encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego;
- Apoio à inscrição online dos candidatos a emprego;
- Informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social;
- Outras atividades consideradas necessárias, pelos serviços de emprego, para apoio à inserção profissional dos desempregados.

8. Turismo

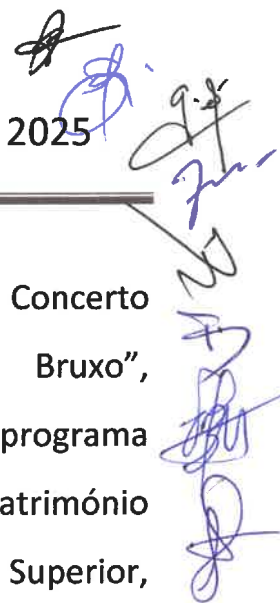
O Posto de Turismo de Mogadouro, funciona diariamente e achamos que o mesmo tem um papel importante de destaque na experiência do turista. Este constitui, muitas vezes, o primeiro contato que o visitante ou turista tem com



o lugar que pretende visitar, neste caso específico o Concelho de Mogadouro. Deste modo, torna-se fulcral que a informação fornecida pelos seus recursos humanos seja adequada e de qualidade, pois esta vai ter influência no percurso que o visitante ou turista vai realizar, na escolha das atrações turísticas que vai visitar, bem como nos serviços dos quais vai usufruir. Pretendemos, portanto, contribuir para um melhor serviço do Posto de Turismo, alcançando mais turistas, fornecendo toda a informação adequada às solicitações de cada visitante e promovendo pequenos eventos e ações culturais mantendo uma dinâmica ativa de modo a assegurar e a melhorar a qualidade dos serviços turísticos do nosso concelho. A organização, marcação e acompanhamento de visitas é um dos serviços disponibilizados que dá a conhecer o centro histórico de Mogadouro. Também a organização e consequente realização de passeios culturais por todo o concelho vem dinamizar, divulgar e promover o património turístico, cultural e natural da região. O apoio a todas as iniciativas e eventos de carácter turístico e cultural faz do Posto de Turismo um local de suporte e referência na organização das mesmas.

As principais áreas de atuação do posto de Turismo, não só na sua total disponibilidade de atendimento ao público, dando toda a necessária e correta informação, mas também no apoio a qualquer outra atividade de âmbito turístico e cultural.

Durante o ano de 2025, o número de visitantes do Posto de Turismo foi de 1.256 pessoas e destacam-se no seu decurso, as seguintes atividades:



Promovemos
"O Amor
integrado no
Ópera no
- Douro
pela Ópera na
na Cidade, que
três concertos



o Concerto
"Bruxo",
programa
Património
Superior,
Academia e
contou com
anuais a

realizados em Mogadouro, um na Páscoa, outro no verão e outro no Natal.
Sendo o concerto de Verão, o que mais importância e relevância teve.

- A Câmara Municipal de Mogadouro promoveu um Desfile de Carnaval no dia 4 de março com o objetivo de dar continuidade às tradições carnavalescas da região, preservar a identidade cultural



do território, apelar à criatividade dos participantes, bem como potenciar um maior envolvimento das associações e entidades concelhias nas atividades promovidas pelo Município.

Participantes: Estiveram inscritos no Desfile, 18 grupos com 18 carros alegóricos e 10 motas, 109 pessoas em nome individual o que perfazendo no total, 415 participantes.

- Participação na Feira Nacional de Agricultura em Santarém com um stand institucional na Nave A, onde os nossos técnicos de turismo e os nossos produtores Originem: Mogadouro



deram a conhecer a diversidade e a qualidade de tudo quanto se faz e se vive em Mogadouro onde estiveram presentes 40 agricultores do concelho.

- Promovemos as festividades das Amendoeiras em Flor 2025, que tem como principais objetivos promover e dinamizar os produtos nobres da terra,



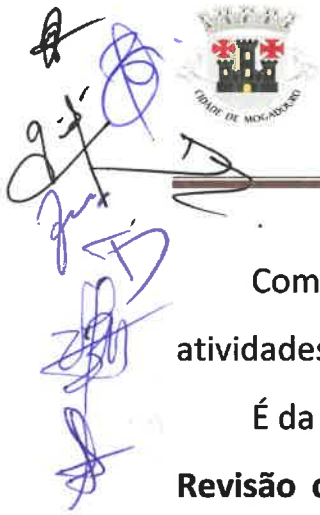
como sejam: o azeite, o mel, o queijo, os enchidos, o pão, a doçaria tradicional, o artesanato, entre outros produzidos na área do Município de Mogadouro na qual participaram 28 expositores de produtos regionais e de outras atividades, e dois do Município de Mogadouro, marcando presença, produtores de Mogadouro, Vimioso, Miranda do Douro, Coimbra e Sabugal.

- Promovemos o XX encontro de Anciãos, com custos de 17.150,00 euros;
- Organizamos mais uma edição do Red Burros Fly In, com gastos de 22.842,23 euros;
- Promovemos a realização do Drag Racing, com custos de 52.516 euros;

9. Urbanismo

No âmbito do Planeamento e Gestão Urbanística, apresentam-se os seguintes dados referentes ao ano 2025:

198	Processos de operações urbanistas deram entrada na autarquia
1580	Informações foram elaboradas pela técnica superior- arquiteta
133	Informações elaborada pelo serviço de apoio administrativo
40	Licenças de construção forma emitidas
61	Comunicações de utilização de edifícios
16	Prorrogações de alvarás de construção
2	Alvarás especiais para acabamentos
12	Vistorias realizadas no âmbito do: licenciamento industrial (SIR), Dever de Conservação e aplicação do RIRPEC.
5	Processos de alteração de loteamento
5	Processos de licenciamento de muros
3	Processos de Pedidos de Informação previa (PIP)
180	Certidões foram emitidas
150	Processos de escassa relevância urbanística
102	Requerimentos diversos
25	Tratamento de reclamações/queixas contra terceiros
1227	Ofícios elaborados
160	Processos de publicidade
9	Processos ao abrigo do RIRPEC
7	Processos de embargo
718	Atendimentos presenciais efetuados pela técnica superior, sendo 452 homens e 266 mulheres
857	Atendimentos presenciais efetuados pelo Serviço de Apoio Administrativo da DOTU
304	Emails respostas/enviados pela técnica superior - arquiteta
275	Emails respostas/enviados pelo Serviço de Apoio Administrativo da DOTU
72	Reuniões de trabalho com entidades da administração Central do Estado e privados.



Comparativamente a 2024, regista-se um aumento na maioria das atividades desenvolvidas por esta Divisão.

É da responsabilidade da DOTU o acompanhamento Técnico da:

Revisão dos PDM de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro e Torre de Moncorvo.

- **Plano de Cogestão** do PNDI reuniões mensais e presença nas Sessões participativas que decorreram nos 4 municípios, com a participação em 10 reuniões;
- **Plano Municipal da Igualdade e Não Discriminação - Ponto focal**

Elaboração de relatórios sobre a implementação do Plano no ano 2024 e apresentação pública do PMIND e participação em formação (online e presencial), promovida pelo CIG no âmbito do Plano.

Decorreu 11 de fevereiro 2025, a reunião do Conselho Local de Ação Social, na qual tivemos oportunidade de apresentar ao conselho, os Conselheiros e Conselheiras Locais para a Igualdade do Município de Mogadouro.



Como Conselheira para a Igualdade, tive a tarefa de proceder a esta apresentação, e dar a conhecer o trabalho desenvolvido e o email que o município criou para

apresentação de sugestões, comentários e/ou denúncias no âmbito do Plano de Igualdade e não Discriminação.

igualdade.sugestoesecomentarios@mogadouro.pt

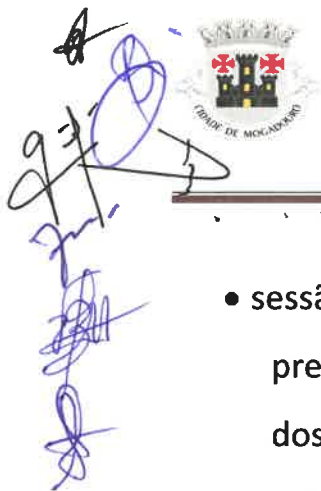
- Sessão de Esclarecimento sobre a plataforma de submissão de projetos NOPAPER;
- Esta sessão teve como principal objetivo , apresentar as mudanças

introduzidas pelo município, na gestão dos processos de operações urbanísticas. Esta ferramenta visa eliminar e substituir a entrega de documentos em papel por um exemplar único



em suporte digital, numa lógica de reforço da sustentabilidade, eficiência, transparência e racionalização dos serviços prestados pelo Município, perspetivando-se um impacto muito positivo no funcionamento interno e na relação de proximidade com os cidadãos. O novo procedimento permite, também, a visualização e tratamento de documentos (originais e cópias) unicamente em formato digital e a consulta a entidades externas e serviços do município por meios unicamente digitais.

O público alvo foram os técnicos, arquitetos e engenheiros ligados ao licenciamento de operações urbanísticas;



73

- sessão de esclarecimento sobre ocupação da via pública com esplanadas, pretendendo disciplinar e dar a conhecer as regras a implementar junto dos estabelecimentos de restauração e bebidas, instalados no município;
- apoio técnico a todos os agricultores em modo biológico em toda a área territorial do Município, através da colocação de produtos em feiras certames;
- promoção e organização da Feira dos Gorazes 2025, este ano como um novo espaço para instalação dos feirantes;
- No âmbito da aplicação do regulamento de incentivo à recuperação do património concelhio (RIRPEC), no ano de 2025, foram apresentadas 10 candidaturas sendo deferidos financiamentos a 5 candidaturas, que representam um valor de subsídio de 24.036.02 euros;
- Foram efetuadas 7 vistorias finais de obras de anos anteriores, tendo o subsídio atribuído em 2025 sido de 25.060.85 euros.
- **Projeto e Construção do Museu de Mogadouro** - No âmbito do referido projeto foram desenvolvidas diversas ações, atividades e atos administrativos com o propósito de elaboração do projeto de execução e ações preparatórias para a materialização do projeto expositivo, tais como, estudo de coleções, digitalizações de peças e conservação e restauro de bens móveis do núcleo expositivo permanente;
- plantação de flores no jardim Trindade Coelho, tendo em conta o projeto de novo desenho do Jardim efetuado pela DOTU;



- participação em conjunto com o Gabinete Florestal e o Gabinete de Proteção Civil nas comemorações do dia Internacional das Florestas e Dia Mundial da Árvore. Os alunos da Escola Primária e o Município de Mogadouro comemoraram o Dia Mundial da Árvore com uma ação de plantação de árvores na Zona Industrial;
- ministrada formação a diferentes trabalhadores, na área do Ordenamento do Território, Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Código dos contratos públicos, Igualdade de Género e Não Discriminação, Valorização do Património, etc.



- **Gestão de Jardins, Espaços Verdes e funcionamento das instalações sanitárias públicas.**



Foram atribuídas tarefas às equipas dos Jardins e a integração nas mesmas dos trabalhadores com contratos de emprego e inserção.

V. QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos

Estando numa fase de encerramento o Programa Operacional “Norte 2020”, importa aqui fazer uma análise à sua execução. Em primeiro lugar dizer que mais uma vez e face aos atrasos verificados no programa, o período foi alargado de forma a concluir os projetos em fase de construção, estando agora todos em fase de fecho definitivo dos processos e conseqüente recebimento dos últimos pedidos de pagamento bem como dos valores retidos. Pelo primeiro ano, houve projetos financiados pelo programa “Portugal 2030”. Trata-se de um programa que face à nossa localização geográfica, é gerido pela CCDR Norte, e tem como objetivo final, desenvolver o concelho, dotá-lo das infraestruturas em falta, contribuindo assim para o melhoramento da qualidade de vida da população de acordo com as estratégias anteriormente definidas.

Alguns destes projetos beneficiaram de overbooking, tendo os valores de financiamento sido revistos em alta com uma maior percentagem ou pagas as revisões de preços, mencionando-se aqui neste quadro apenas os que obtiveram financiamentos no decorrer do ano.

<i>Data</i>	<i>Designação</i>	<i>Comparticipação</i>	<i>Recebido no Ano</i>	<i>Recebido Acumulado</i>
10/08/2018	Reabilitação de edifício da Escola Preparatória Trindade Coelho - adaptação a cantina escolar	1.546.238,25€	116.863,98€	1.546.238,25€



Prestação de contas 2025

[Handwritten signatures and initials]

14/08/2020	Reabilitação energética e funcional da Piscina coberta	127.687,02€	6.384,35€	127.687,02€
30/05/2018	Projeto e Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento	2.558.967,85€	143.612,21€	2.558.967,85€
21/12/2018	Recinto de Valorização de Raças Autóctones	1.076.608,09€	81.009,49€	1.076.608,09€
25/05/2021	EB1 e Jardim de Infância - melhoramento de condições térmicas	90.784,16€	4.539,21€	90.784,16€
10/04/2017	Casa das Associações/Antigo Edifício do Banco Pinto & Sotto Mayor	264.545,54€	36.160,79€	264.545,54
14/07/2022	Recinto de valorização e promoção dos produtos do território	1.151.785,21€	60.468,72€	1.151.785,21€
11/02/2022	Remodelação da Estação de Tratamento da Água de Bastelos	889.973,81€	112.657,14€	889.973,81€
24/02/2022	Remodelação da rede de água, saneamento e pavimentação de Castelo Branco	360.836,78€	111.547,42€	360.836,78€
18/02/2025	Reabilitação energética e funcional do edifício da escola secundaria e pavilhão gimnodesportivo	1.816.832,65€	772.633,99€	772.633,99€
17/04/2023	Repavimentação de arruamentos em Sanhoane	269.505,09€	27.912,99€	269.505,09€
05/05/2021	Requalificação e ampliação da AAE Mogadouro expansão da III fase do Loteamento Industrial de Mogadouro	582.981,48€	146.516,59€	582.981,48€
17/04/2023	Repavimentação de arruamentos de Vale de Porco	407.226,45€	55.530,88€	407.226,45€
20/04/2020	Rede Castros - Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos - 1ª Fase	270.379,74€	19.675,03€	270.379,74€
03/07/2025	Alteração e ampliação do edifício destinado a SAD - Castro Vicente	201.600,00€	94.593,93€	94.593,93€
09/09/2025	Projeto e obras de requalificação da Av. do Sabor entre a rotunda do bombeiro e a rotunda do cogumelo	1.651.826,61€	1.569.235,28€	1.569.235,28€
21/07/2025	Aquisição de veículos elétricos - ciclomotores/motociclos e cadeiras rodas	17.393,63€	12.175,54€	12.175,54€
22/09/2025	Melhoria das condições de mobilidade entre o Bairro do Valado e os equipamentos sociais	200.465,70€	190.442,42€	190.442,42€
22/09/2025	Requalificação do Bairro São José	1.220.799,48€	1.159.759,51€	1.159.759,51€



22/09/2025	Remodelação de infraestruturas de apoio à proteção civil e aquisição de equipamentos	118.987,15€	63.371,04€	63.371,04€
27/11/2025	Refuncionalização das ex-escolas primárias do concelho	603.500,00€	420.043,53€	420.043,53€
Totais		15 428 924,69€	5 205 134,04€	13 879 774,71€

O quadro anterior, reflete os projetos aprovados à luz dos Quadros Portugal 2020 e Portugal 2030 e ainda o Plano de Recuperação e Resiliência, para o Município de Mogadouro, nos diversos programas e áreas variadas, contemplando apenas aqueles que tiveram execução durante o ano, ou mereceram a sua aprovação no decorrer do mesmo.

Também de Fundos Comunitários é de registar os valores de transferências correntes, recebidos para financiar o programa temático demografia, qualificações e inclusão - CLDS 5 (53.312,00€) e o financiamento do “Espaço MAIS - Mogadouro Apoiar Inclusão Social” (138.401,70€).

VI. Endividamento

A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.

LIMITES LEGAIS

Toda a Administração Pública está sujeita ao princípio da estabilidade orçamental, a qual consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental.

Cada subsetor, no caso a Administração Local, deve contribuir para esse equilíbrio de forma proporcional.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

No âmbito da estratégia de consolidação orçamental definida pelo Governo, foram consagradas medidas de apertado controlo do endividamento municipal. Embora a Lei das Finanças Locais, consagre as normas que estabelecem limites máximos ao endividamento municipal, anualmente, têm vindo a ser estatuídas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) normas e limites mais restritivos à capacidade de endividamento de cada município, face aos objetivos traçados, em termos de metas orçamentais do **Programa de Assistência Económica e Financeira**.

A entrada em vigor da nova **Lei das Finanças Locais** (Lei nº 73/2013 de 3 de setembro), em 01/01/2014, trouxe uma mudança substancial do conceito de endividamento municipal. O enfoque do controlo, deixou de estar centrado no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazo, introduzindo-se o conceito de **dívida total** de operações orçamentais do município, o qual engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (nº 2 do art.º 52.º da referida LFL).

Estabelece o nº 1 do art.º 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que “a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina a redução de pelo



menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja cumprido e caso cumpra o limite previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

No entanto, tendo em conta os dados fornecidos pela Direcção-Geral das Autarquias Locais – DGAL, no caso do município de Mogadouro, o limite de endividamento para o ano de 2025 era de 22.425.261,84 euros, conforme retratamos no quadro seguinte:

Receita corrente líquida				Média da Receita Corrente Líquida dos 3 últimos anos	Limite da dívida total
2022	2023	2024	Total		
13.826.768€	14.661.490€	16.362.265€	86 44.850.523€	14.950.174€	56 22.425.261€

Sendo a capacidade de endividamento de 22.425.261€84o mapa seguinte reflete a situação do Município entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, verificando-se uma situação de cumprimento dos limites legalmente definidos:

Dívida Total					
Limite p/ 2025	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part.	Dívida Total Excluindo não Orçamentais e FAM	Margem Absoluta	Margem utilizável (40%)
22.425.261,85	01 – janeiro – 2025				
	1.018.173,66	321.247,34	445.591,34	21.979.670,51	8.791.868,20
	31 – dezembro – 2025				
	1.076.799,12	422.656,36	550.227,10	21.875.034,75	
Variação da dívida total					23,48%



Apesar da DGAL não ter feito este apuramento, considerando o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 422.656,36 euros, face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 21.324.807€65 (21.875.034,75– 550.227,10).

Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere e de acordo com a ficha do Município extraída da DGAL reportada a 31/12/2025, a margem disponível por utilizar é de 8.750.013,90 euros.

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO MLP

Não se regista qualquer dívida bancária.

DÍVIDA A FORNECEDORES E PAGAMENTOS EM ATRASO:

A dívida de curto-prazo a fornecedores ascendia, em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os mapas da DGAL (Mapa de pagamentos em atraso), a 88.121,64 euros. Mais uma vez, o valor da dívida de curto prazo é praticamente nulo, e não foi por falta de disponibilidade financeira que a mesma ocorreu, mas sim por questões de funcionamento dos serviços competentes, na conferência dos documentos, atendendo a que a dívida é inconstante de acordo com a data de entrega da faturação



Quanto aos **pagamentos em atraso** (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

O **prazo médio de pagamentos** que este ano, de acordo com a referida ficha do Município publicada pela DGAL, é de 4 dias.

VII. Poupança Corrente

A poupança corrente cifrou-se em 3.585.774,43€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 125,24%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental conforme al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL, segundo o qual “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

Encontra-se, igualmente, cumprido o disposto no nº 2 do art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que refere “a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

Receita Corrente Cobrada Bruta	Despesa Corrente 2025	Amortização Média de Empréstimos MLP	Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP
17.816.109,06€	14.207.048,22€	0€	14.207.048,22€



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

VIII. Análise Patrimonial

1. Evolução da Situação Económica e Financeira

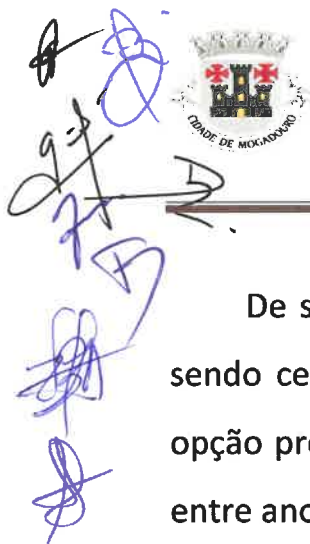
No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

A análise seguinte, que dá ênfase à situação económico-financeira, sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Mogadouro no decurso da sua atividade entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2025 e a sua situação patrimonial e financeira nesta última data.

Nesse sentido, as análises que se apresentam nas próximas páginas visam, permitir uma leitura cabal e fiável da realidade económica e financeira da Autarquia à data do encerramento do exercício.

1.1. Análise ao Balanço

O Município de Mogadouro atingiu em 2025 o valor de 80.638.211,37 euros, o que significa um crescimento de 6.726.846,22 euros face ao ano anterior, o equivalente a 9,1%.



De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo, sendo certo que de acordo com o manual de implementação do SNC-AP, a opção prevista na IPSAS 33, obriga as entidades a reexpressar o comparativo entre anos de acordo com o SNC-AP.

Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:

- Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;
- Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;
- Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;
- Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;
- Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento
- Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os Gastos e os Rendimentos dos serviços.

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:



- **Fiabilidade**, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;
- **Relevância**, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar e corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;
- **Comparabilidade**, entendida com duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos que devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

O balanço é normalmente elaborado e reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade refletir a posição financeira e patrimonial da Autarquia.



BALANÇO

ATIVO	2025	2024	Variação
Ativos fixos tangíveis	72.916.845,52€	67.629.954,52€	7,82
Propriedades de investimento	1.539.367,27€	1.584.621,13€	-2,86%
Ativos intangíveis	122.356,76€	22.838,59€	435,75%
Participações financeiras	00€	3.740,98€	-100%
Clientes, contribuintes e utentes	3.175,12€	0€	100%
Diferimentos	0€	2.785,05	-100%
Outros Ativos Financeiros	447.889,50€	447.889,50€	0%
Ativo não Corrente	75.029.634,17€	69.691.829,52€	7,66%
Inventários	45.236,24€	48.767,34€	-7,24%
Clientes, contribuintes e utentes	115.631,51€	248.722,60€	-53,51%
Estado e outros entes públicos	0€	45.575,20€	-100%
Outras contas a receber	262.600,61€	103.951,13€	152,62
Diferimentos	110.695,68€	125.038,89€	-11,47%
Caixa e depósitos	5.074.413,16€	3.647.480,51€	39,12
Ativo Corrente	5.608.577,20€	4.219.535,63€	32,92%
TOTAL DO ATIVO	80.638.211,37€	73.911.365,15€	9,10%

Património Líquido e Passivo	2025	2024	Variação
Total do Património Líquido	78.511.899,09€	71.868.751,47€	9,24%
Património/Capital	16.067.419,56€	16.067.419,56€	0
Resultados Transitados	4.744.083,54€	5.518.151,60€	--14,03
Outras variações no Património Líquido	57.715.126,12€	51.138.155,71€	12,86%
Resultado Líquido do Exercício	-14.730,13€	-854.975,40€	-5.704,4%
Total do Passivo Corrente	2.126.312,28 €	2.042.613,68 €	4,10%
Fornecedores	31.313,76€	69.944,03€	-55,23%
Estado e outros entes públicos	92.205,69€	50.211,03€	83,64
Financiamentos obtidos	0€	0€	0
Fornecedores de investimento	0€	0€	0
Outras contas a pagar	2.002.792,83€	1.922.458,62€	4,18%
Total do Património Líquido e Passivo	80.638.211,37€	73.911.365,15€	9,10%



Os ativos fixos tangíveis representam 90,42% do total do ativo e registaram um crescimento de cerca de cinco milhões e trezentos mil euros, que resulta sobretudo do valor das amortizações e das reversões efetuadas, ter sido inferior ao valor das obras efetuadas e bens adquiridos.

O saldo de disponibilidades de 5.074.413,16 euros registado em 31/12/2025 mostra um acréscimo de 1.426.932,65 euros em relação a 2024, dos quais 949.228,38€, são relativos a operações de tesouraria, ou seja dinheiro a devolver a outras entidades.

Em relação ao passivo, o Município de Mogadouro fechou o ano com um valor de 2.126.312,28 euros, sendo constituído na totalidade por passivo corrente.

O total do Património Líquido do Município é agora de 78.511.899,09 euros, o que traduz um acréscimo de 6.643.147,62 euros relativamente ao ano anterior.

1.2. Análise à Demonstração de Resultados

A análise terá agora como principal abordagem a Demonstração de Resultados, peça financeira que agrupa e classifica por natureza, os vários tipos de rendimentos e gastos, que ocorrem num determinado período de tempo, por regra coincidente com o exercício económico, facultando a interpretação do desempenho do Município, e da sua atividade nesse período.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	DATAS	
	2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	1 634 940,82€	1 261 359,14€
Vendas	522 131,11€	579 272,77€
Prestações de serviços e concessões	1 426 472,37€	1 520 261,48€
Transferências e subsídios correntes obtidos	13 451 033,52€	12 476 805,93€
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0€	0€
Trabalhos para a própria entidade	0€	0€
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-232.092,42€	-195.287,60€
Fornecimentos e serviços externos	-6 172 049,08€	-5 795 446,33€
Gastos com pessoal	-5 301 238,16€	-5 259 184,99€
Transferências e subsídios concedidos	-3 326 054,15€	-2 747 351,05€
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-468,98 €	-1 086,49€
Provisões (aumentos/reduções)	-3 740,98€	0€
Outros rendimentos	3 059 531,43€	2 617 145,86€
Outros gastos	-65 922,73€	-122 826,27€
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	4 992 542,75€	4 333 662,45€
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-5 016 575,85€	-5 207 163,90€
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-24 033,10€	-873 501,54€
Juros e rendimentos similares obtidos	14 000,00€	22 505,55€
Juros e gastos similares suportados	-4 697,03€	-3 979,41€
Resultado antes de impostos	-14 730,13€	-854 975,40 €
Resultado líquido do período	-14 730,13€	-854 975,40€

Pela diferença entre as rubricas de rendimentos e as rubricas de gastos que ocorreram ao longo do exercício de 2025, apura-se o resultado do exercício (**Rendimentos – Gastos = Resultados**).

O **Resultado Líquido do Período** cifrou-se no valor negativo de **14.730,13€**, ou seja uma variação em baixa, em relação ao registado no ano anterior.



Analisada a estrutura da **Demonstração de Resultados**, no global, verificam-se algumas alterações na repartição do peso percentual de cada uma das contas que a integram, quer ao nível de “Gastos”, quer ao nível do “Rendimentos”.

Em termos globais, comparando **Rendimentos** com **Gastos**, verifica-se um saldo negativo uma vez que, os primeiros foram inferiores aos segundos, cuja diferença é traduzida por um **Resultado Líquido do Exercício** negativo, como já foi dito.

Na rubrica de **rendimentos**, denota-se:

- Um aumento de **29,62%**, na rubrica de “Impostos, contribuições e taxas resultado do aumento na liquidação do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis, imposto único de circulação e também de algumas taxas, designadamente e pela primeira vez a taxa de derrama;
- Uma diferença negativa de 9,9% na rubrica “Vendas”, resultante de uma ligeira redução do valor da água;
- Um aumento considerável de **7,81%**, na componente de Transferências e Subsídios correntes obtidos, decorrente, grosso modo, do valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro e essencialmente a receita prevista no artigo 35.º da Lei 73/2013;
- Verifica-se também uma variação negativa de **6,17%**, na componente “Prestação de serviços e concessões”, resultante essencialmente do menor valor cobrado nas tarifas de disponibilidade.
- Na rubrica de **gastos** regista-se:



- Aumento de **cerca de 21,06%**, na rubrica “transferências e subsídios concedidos”, decorrente de acréscimo do valor das transferências para as Freguesias e para Instituições sem fins lucrativos;
- Aumento dos “Fornecimentos e Serviços Externos” em 6,50% motivado pelo aumento dos custos com outros de bens e principalmente pelos encargos com instalações designadamente com energia elétrica e limpeza e higiene;
- Aumento ligeiro de 0,8% nos “Gastos com o Pessoal”, relacionado com os vencimentos e seus custos associados como a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações;
- Um aumento de 18,84% no “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”, sendo o valor dos Outros Fornecimentos e Serviços, o responsável por este aumento;
- Redução de 3,6%, na rubrica “gastos de depreciação e amortização”, porque se registaram mais abates de ativos do que no ano anterior.



IX. Proposta de Aplicação dos Resultados

De acordo com as Demonstrações Financeiras do ano de 2025, o resultado líquido negativo de 14.730,13€, valor evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados, que deveria ser coberto pelas reservas, como as mesmas não estão constituídas, o Órgão Executivo propõe que os resultados negativos transitem em conta, à semelhança dos resultados de anos anteriores.

